

**FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE ES**

**JESSÉ ALVES DAS CHAGAS**

**GOVERNANÇA, GESTÃO FISCAL E CONTROLE PÚBLICO:  
Impactos na Efetividade da Gestão dos Municípios do Amazonas**

**VITÓRIA**

**2025**

**JESSÉ ALVES DAS CHAGAS**

**GOVERNANÇA, GESTÃO FISCAL E CONTROLE PÚBLICO:  
Impactos na Efetividade da Gestão dos Municípios do Amazonas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientadora: Profa. Dra. Silvania Neris Nossa

**VITÓRIA**

**2025**

**JESSÉ ALVES DAS CHAGAS**

**GOVERNANÇA, GESTÃO FISCAL E CONTROLE PÚBLICO:  
Impactos na Efetividade da Gestão dos Municípios do Amazonas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 19 de maio de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Profa. Dra.: SILVANIA NERIS NOSSA**  
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

**Prof° Dr.: JOÃO EUDES BEZERRA FILHO**  
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

**Prof° Dr.: SÉRGIO ROBERTO PINTO**  
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

## **AGRADECIMENTOS**

Minha gratidão principal é dirigida a Deus, cuja infinita misericórdia nos protegeu do período extremamente desafiador da pandemia de COVID-19, a qual impactou profundamente nossa sociedade. Sou grato ao Senhor pela coragem e pelo ânimo que me proporcionou, mesmo enfrentando dificuldades e momentos de desânimo.

A minha esposa Gessica Magno Flesch, meus pais Luiz Gonzaga e Raimunda Normelinda, meus familiares, pelo apoio nessa jornada, e demais amigos que criei, além dos professores da FUCAPE, pelos incentivos e barreiras enfrentadas juntos.

A minha orientadora, a professora Dra. Sylvania Neris Nossa, que foi uma figura constante de apoio e incentivo, mesmo diante das dificuldades e desafios que precisei superar ao longo do caminho, sempre me encorajando a perseverar.

“A coragem está a um passo à frente do medo”

(Coleman Young)

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar se a efetividade da gestão dos municípios do Amazonas é influenciada pelas deliberações dos órgãos de controle interno e externo (TCE-AM) sobre as prestações de contas, bem como pela governança dos municípios. O trabalho tem caráter descritivo e quantitativo, com os dados coletados em fontes secundárias estabelecidas nas bases de dados analisadas e na literatura. Utilizou-se como modelo empírico uma Regressão Linear em painel agrupado (Pooled Regression), sendo o período de avaliação deste estudo dos anos de 2017, 2018 e 2023, num total de 103 observações, as quais foram coletadas nos 62 municípios do estado do Amazonas. Os principais resultados mostraram que ter um controle interno eficaz ajuda a melhorar a gestão dos municípios do Estado do Amazonas, seguindo as leis e princípios constitucionais, assim como as melhorias em governança contribuem para isso. O estudo sugere que é importante discutir a diminuição de falhas do controle interno, mensurando por meio das deliberações encontradas pelos auditores do TCE-AM, evidenciando que quanto menos falhas os controles internos têm mais alto é o percentual do IEGM, melhorando a prestação de serviços aos municípios, assim como o cumprimento da eficiência, resultando numa distribuição eficaz desses recursos na administração municipal e além de boas práticas de gestão.

**Palavras-Chave:** Controles Internos; Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM); Governança; Municípios; Controle Externo.

## **ABSTRACT**

This study aimed to assess whether the effectiveness of the management of municipalities in Amazonas is influenced by the deliberations of the internal and external control bodies (TCE-AM) on the accountability, as well as by the governance of the municipalities. The work is descriptive and quantitative in nature, with data collected from secondary sources established in the analyzed databases and in the literature. A Linear Regression in a grouped panel (Pooled Regression) was used as an empirical model, with the evaluation period of this study being the years 2017, 2018 and 2023, in a total of 103 observations, which were collected in the 62 municipalities of the state of Amazonas. The main results showed that having effective internal control helps to improve the management of the municipalities of the State of Amazonas, following the laws and constitutional principles, just as improvements in governance contribute to this. The study suggests that it is important to discuss the reduction of internal control failures, measuring through the deliberations found by TCE-AM auditors, showing that the fewer failures internal controls have, the higher the IEGM percentage, improving the provision of services to municipalities, as well as compliance with efficiency, resulting in an effective distribution of these resources in municipal administration and in addition to good management practices.

**Key words:** Internal Controls; Municipal Management Effectiveness Index (IEGM); Governance; Municipalities; External Control.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Estado do Amazonas.....	41
Figura 2 – Gráfico de Distribuição Percentual das Categorias.....	55
Figura 3 – Gráfico de Média das Variáveis.....	58
Figura 4 – Gráfico do Coeficiente de Variação (CV).....	58
Figura 5 – Gráfico do Coeficientes Estimados.....	65
Figura 6 – Gráfico dos Intervalos de Confiança (95%) .....	66
Figura 7 – Gráfico dos Resíduos Vs. Valores Previstos.....	66

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura da Amostra: Ano 2017.....	41
Tabela 2 – Estrutura da Amostra: Ano 2018.....	42
Tabela 3 – Estrutura da Amostra: Ano 2023.....	42
Tabela 4 – Tabela de Variáveis.....	48
Tabela 5 – Descrição das Variáveis Categóricas.....	53
Tabela 6 – Descrição das Variáveis Numéricas.....	56
Tabela 7 – Teste de Variância Variável – <i>DUMMYAPTCE</i> .....	59
Tabela 8 – Teste de Média Variável – <i>DUMMYAPTCE</i> .....	60
Tabela 9 – Correlação Pearson com Significância.....	61
Tabela 10 – Fatores que influenciam o IEGM.....	63
Tabela 11 - Resumo Dos Resultados Obtidos Das Hipóteses.....	71

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>18</b>
2.1 GESTÃO PÚBLICA E EFETIVIDADE .....	18
2.2 ÍNDICES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL .....	20
<b>2.2.1 Índice de Efetividade da Gestão Municipal [IEGM]</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2.2 Índice de Governança Municipal [IGM] do Conselho Federal de Administração [CFA]</b> .....	<b>28</b>
2.3. CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	29
<b>2.3.1 Avaliação dos Controles Internos</b> .....	<b>33</b>
2.4 CONTROLE EXTERNO E TRIBUNAL DE CONTAS .....	35
<b>2.4.1 Deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas na Função de Controle Externo</b> .....	<b>36</b>
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>40</b>
3.1 AMOSTRA, LACUNA E OBTENÇÃO DOS DADOS .....	40
<b>3.1.1 Amostra da Pesquisa</b> .....	<b>40</b>
<b>3.1.2 Lacuna da Pesquisa e Justificativa</b> .....	<b>43</b>
<b>3.1.3 Obtenção dos Dados</b> .....	<b>45</b>
3.2 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS .....	45
3.3 MODELO EMPÍRICO E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	46
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	51
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>53</b>
4.1 ANÁLISE DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA .....	53
4.2 TESTE DE VARIÂNCIA E TESTE DE MÉDIA .....	59
4.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO PEARSON .....	60
4.4 REGRESSÃO LINEAR EM PAINEL AGRUPADO (POOLED REGRESSION) E RESULTADOS DO MODELO EMPÍRICO .....	63
<b>4.4.1 Análise Multivariada das Variáveis</b> .....	<b>63</b>
4.5 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA .....	67
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>75</b>
<b>APÊNDICE A – ITENS DA RESOLUÇÃO N.º 27, DE 2013</b> .....	<b>90</b>
<b>TABELA DOS ITENS UTILIZADOS NA VARIÁVEL AVALIACI</b> .....	<b>90</b>

<b>APÊNDICE B – DELIBERAÇÕES SOBRE AS CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS .....</b>	<b>93</b>
<b>TABELA COM AS INFORMAÇÃO DA <i>DUMMY APTCE</i> 2017: 1 PARA APROVADAS E 0 NÃO APROVADAS .....</b>	<b>93</b>
<b>TABELA COM AS INFORMAÇÃO DA <i>DUMMY APTCE</i> 2018: 1 PARA APROVADAS E 0 NÃO APROVADAS .....</b>	<b>95</b>
<b>TABELA COM AS INFORMAÇÕES DA <i>DUMMY APTCE</i> 2023: 1 PARA APROVADAS E 0 NÃO APROVADAS .....</b>	<b>96</b>

## Capítulo 1

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo avaliar se a efetividade da gestão dos municípios do Amazonas é influenciada pelas deliberações dos órgãos de controle interno e externo (TCE-AM) sobre as prestações de contas, bem como pela governança dos municípios. Ao verificar a relação de eficiência, a Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) faz exigências acerca do controle dos gastos na área pública, a fim de garantir o bem-estar da população, a fim de procurar soluções para que os gastos públicos sejam feitos da melhor forma possível, tornando-se parceiros importantes no alcance dos interesses da população (Silva, 2020).

A evolução do setor público foi motivada pela sociedade, que deseja mais transparência, eficiência e controle no modo em que os recursos públicos são utilizados nesse processo (Moura, 2022). Diante disso, as ações do governo têm a capacidade de modificar qualitativamente o dia a dia da população, sendo importante pensar em como melhorar como as organizações públicas funcionam, para que elas sejam mais eficientes e consigam trazer mudanças positivas para comunidade (Pessoa et al., 2016; Ferreira & Barros, 2021).

Sob essa perspectiva, pode-se observar que, para verificar se um programa implementado pelo governo funciona, é necessário utilizar métricas que mesuram a qualidade e, observar se houve diferenças significantes nos resultados de um período para outro, e tudo isso, ajuda a avaliar se a política está sendo efetiva ou não (Silva et al., 2018). Relativo à aprovação de contas no âmbito do Brasil, Ott et al. (2011) e

Chaves (2011), verificaram em seus estudos que o Controle Externo tem mostrado que os municípios com controles falhos têm mais irregularidades quando prestam contas, demonstrando que não são verificadas adequadamente antes de serem enviadas.

Nassif e Oliveira (2020) indicaram que os controles internos estão fracos nas organizações públicas e isso impede que os procedimentos de controle sejam apropriadamente avaliados, o que pode gerar problemas na execução das tarefas e cumprimento de legislações internas e externas à organização. Nessa perspectiva, Debnath e Shankar (2014), assim como Demarco (2021) observam que indicadores de desempenho são dados importantes, que demonstram como algo está funcionando adequadamente e estão sempre associados a melhorias na população, como desenvolvimento, e um aumento qualitativo significativo na satisfação.

Assim, o indicador IEGM foi estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2016) para avaliar quão efetivas são as ações dos governos municipais, além de tratar-se de um indicador que mensura como as cidades estão sendo administradas (IRB, 2016). Os tribunais de contas do Brasil utilizam os dados dos municípios, o apoio do Instituto Rui Barbos, confirmados posteriormente (Araújo et al., 2021). Nesse contexto, o IEGM, quando instituído, baseou-se em averiguar os entes municipais em sete categorias diferentes, sendo o foco deste índice medir se os governos estão sendo responsáveis e respondendo às necessidades da comunidade (Maeda & Varela, 2017).

Além disso, o IEGM usa contas e cálculos para avaliar se as políticas e atividades dos gestores estão funcionando bem, é uma ferramenta que ajuda a comparar o desempenho das cidades que são parecidas e com isso, podem ser encontradas formas eficazes de melhorar a gestão dos governos municipais e é um

indicador que serve como um norte ao controle externo sinalizando a urgência de auditorias nos municípios que apresentem um menor índice (Malheiros, 2018; Araújo et al., 2021; Holanda et al., 2022).

Ainda no estudo de Araujo et al. (2021), que verificou a gestão municipal relacionada ao IEGM, o qual abordaram temas relativos às gestões municipais e como podem influenciar na efetividade do gerenciamento em cidades brasileiras, tendo como os principais resultados fatores que, a exemplo do tamanho populacional, assim como a permanência de um governante, estão relacionados positivamente ao IEGM.

Costa et al. (2020), ao verificar a progressão das cidades do estado de Rondônia, relativo ao IEGM, levando em conta características como Educação, Saúde e Meio Ambiente, identificou três municípios com boa pontuação, enquanto outros apresentaram desempenho abaixo, e no geral, o estado de Rondônia tem uma classificação baixa no IEGM, indicando dificuldades na gestão pública.

Já na pesquisa de Speeden e Perez (2020) e Silva et al. (2020), acerca do IEGM, abordaram a governança corporativa, apontaram ser necessário seguir práticas para garantir que as organizações sejam transparentes, responsáveis e tenham um bom desempenho. Assim como, que Pereira e Werlang (2022), evidenciaram que o IEGM, contribui para que planejamento e orçamento tenham a qualidade necessária, além de ser utilizado como monitor dos órgãos públicos, como uma ferramenta de grande proveito aos Tribunais de Contas, a fim de avaliar o gerenciamento do município (Holanda et al., 2022).

Além do IEGM, o Índice de Gestão Municipal do Conselho Federal de Administração (IGM/CFA) é um indicador que se mostram de importante verificação nos gastos públicos e qual a capacidade da gestão dos entes públicos (Demarco, 2021; Rodrigues et al., 2021). Em 2016 foi criado o IGM pelo Conselho Federal de

Administração (2016) para ajudar os gestores a avaliarem melhor os resultados do Município em três áreas: finanças, gestão e desempenho.

O IGM/CFA é um levantamento de informações que mostra aos prefeitos como está a situação dos municípios e sugere formas de melhoria, contribui para identificar erros e incentiva uma gestão pública de qualidade (Borges, 2023). O IGM/CFA é uma ferramenta que ajuda a medir se a gestão de uma cidade está sendo boa ou não, e isso coopera com os responsáveis pela cidade a verem se estão cumprindo as metas que estabeleceram e a melhorar o desempenho se necessário (Rodrigues et al., 2021).

Levando em consideração o contexto, a lacuna da pesquisa limitou-se aos municípios sobre o Estado do Amazonas, pois foram utilizadas informações do TCE-AM, uma vez que leva em consideração as particularidades dos municípios amazonenses e o perfil do TCE/AM, e vários estudos encontrados também utilizam essa mesma métrica devido ao Perfil de cada Tribunal de Contas dos respectivos estados (Costa et al., 2020; Holanda et al., 2022; Miranda & Miranda, 2024).

Ainda sobre a relevância do estudo em relação ao Estado do Amazonas, foram verificadas particularidades bem diferentes dos demais estados, como os da região sul e sudeste, como a logística, extensão territorial e o próprio distanciamento dos municípios, uma vez que 90% do deslocamento é fluvial ou aéreo (Rolim, 2024).

Assim, tendo apresentado o contexto, este estudo visou abordar a seguinte problemática: a efetividade da gestão dos municípios do Amazonas é influenciada pelas deliberações dos órgãos de controle interno e externo (TCE-AM) sobre as prestações de contas, bem como pela governança dos municípios?

Para avaliar a relação da efetividade e eficiência dos municípios amazonenses, foram utilizados os resultados do IEGM como variável explicada para verificar a influência das deliberações do controle externo e controle interno. No Amazonas, o TCE-AM aderiu ao IEGM em 2016, sendo um importante indicador, utilizado como ferramenta para observar se os municípios amazonenses são eficientes com a gestão pública (TCE-AM, 2016). E a iniciativa de utilização do IEGM faz parte de uma parceria entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e os Tribunais de Contas que aderiram à participação, o foco é melhorar a administração pública no país (IRB, 2016).

Este estudo defere-se de outros encontrados, pois verifica as atividades do governo utilizando relatórios e pareceres do TCE-AM ajudando a entender melhor como as deliberações de avaliação acerca dos controles internos e as aprovações das prestações de contas influenciam a gestão pública municipal do poder executivo dos municípios amazonenses e sua influência no IEGM, diferente de outros estudos que utilizam outros padrões (Araujo et al., 2021; Holanda et al., 2022; Miranda & Miranda, 2024).

Esta pesquisa compreendeu-se em descritiva e quantitativa, sendo os dados obtidos no Painel de Controle do TCE/AM, por meio de solicitação no Sistema Eletrônico de Informações [SEI], no portal da transparência dos municípios amazonenses, assim como nas bases de dados utilizadas nesta pesquisa, assim como os dados do IGM/CFA. Como amostra, foram avaliados os 62 municípios do Amazonas, nos anos de 2017, 2018 e 2023. Foi utilizada uma Regressão Linear agrupada (Pooled Regression), pois se enquadrava na ideia geral desta pesquisa.

Os principais resultados mostraram que municípios com mais itens abordados no sistema de controle interno pelos tribunais de contas se mostram ineficazes, ou seja, municípios com mais controle são mais eficazes na gestão. O estudo sugere que

é importante discutir a diminuição de falhas do controle interno, mensurando por meio das deliberações encontradas pelos auditores do TCE-AM, evidenciando que quanto menos falhas os controles internos têm mais alto o percentual do IEGM e, podendo aumentar a gestão fiscal, a governança, a segurança, saúde, educação e segurança nos municípios amazonenses.

Este estudo propõe ainda, como contribuição prática, fomentar debates sobre o papel dos indicadores de desempenho no aperfeiçoamento dos municípios, em especial no que tange aos controles internos e às deliberações dos tribunais de contas. E ainda, destaca a atuação do TCE-AM na melhoria da eficiência do uso de recursos públicos municipais, ao mesmo tempo, em que incentiva boas práticas de governança.

## Capítulo 2

### 2 REVISÃO DA LITERATURA

#### 2.1 GESTÃO PÚBLICA E EFETIVIDADE

Os órgãos públicos têm a responsabilidade de oferecer serviços para a população conforme as regras estabelecidas (Ferrari et al., 2018). No entanto, conforme verificado por Meirelles (2011), a administração pública tem suas atividades mais lentas, pois precisa seguir regras específicas, como realizar licitações, cumprir prazos e seguir procedimentos formais, além disso, ela também precisa justificar suas decisões e divulgar suas ações dentro de prazos determinados por leis.

Frederickson et al. (2018) avaliaram que a gestão pública tem como base o equilíbrio social, garantindo aos cidadãos o acesso igualitário aos serviços públicos. Para Gattringer (2016), a gestão pública se trata de administrar todos os ativos, assim como as necessidades da população em todos os entes, seguindo leis e princípios morais, com o foco ao benefício da população na totalidade.

Em seu estudo, Alonso et al. (2015), observaram que o foco primordial da gestão pública é suprir a sociedade e usar os recursos públicos de maneira inteligente, e para isso, os gestores públicos precisam criar estratégias bem definidas para atender os pedidos da população e usar os recursos da melhor forma possível, sendo possível ajudar mais pessoas e ter sucesso no desenvolvimento do país. Gattringer (2016) observa ainda, que a administração pública é diferente daquela realizada em empresas da iniciativa privada porque precisa seguir regras constitucionais

importantes estabelecidos na Constituição, como agir de forma ética e justa, ser transparente e atender ao interesse da sociedade.

Mergel et al. (2019) tiveram o entendimento em seus estudos de que o setor público requer inovação, a qual exerce um ponto crucial para enfrentar os desafios contemporâneos, requerendo um ambiente que favoreça a experimentação e a aprendizagem contínua. Para isso, os governos têm utilizado dados abertos para mostrar como está gastando o dinheiro público, trazendo compreensão a sociedade, a fim de entender como os gestores públicos trabalham e permitir que sejam feitas novas e boas ideias para melhorar a administração dos recursos disponíveis (Janssen et al., 2012).

Sob essa perspectiva, a inclusão digital torna-se crucial para garantir que as pessoas possam acessar e beneficiar-se dos serviços públicos *on-line* (Deursen & Dijk, 2019). Debnath e Shankar (2014) verificaram que a gestão do governo deve trabalhar bem nas áreas sociais, para assim melhorar a cidade e o progresso do município, podendo fazer a cidade crescer e se desenvolver mais.

De acordo com Fukuyama (2013), a governança é como um governo organiza, cumpre as regras e realiza as tarefas, no entanto, a administração pública é vista como o oposto da política e responsável por colocar em prática as regras definidas pelo governo. Oliveira et al. (2015) destacam que a gestão ou governança corporativa é esse conjunto de ações que auxiliam a reduzir problemas dentro das organizações, como a implementação de controles definidos, assim como auxiliar o controle externo em suas atividades.

Em afirmação ao contexto, Freire (2023) avaliou que a gestão pública é de suma importância no desenvolvimento sustentável do Brasil, especialmente no contexto municipal, onde a administração tem impacta um impacto direto nos serviços oferecidos nas cidades e o estudo aponta ainda que a ausência de mecanismos eficazes de transparência compromete a governança pública, evidenciando a necessidade de aprimorar práticas administrativas e fortalecer os órgãos fiscalizadores, logo, a transparência se torna um fator determinante para assegurar uma gestão eficiente e alinhada aos princípios democráticos e legais.

## 2.2 ÍNDICES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A efetividade administrativa pode ser avaliada pela capacidade de uma organização pública em implementar suas políticas e programas de forma que os objetivos estratégicos sejam atingidos (Lynn et al., 2001). A importância de uma boa gestão na administração pública reflete na eficiência com os recursos, à sua disposição, trazendo qualidade nos serviços prestados à população (Mukokoma & Dijk, 2013). Efetividade na área pública pode ser compreendida como a métrica de alcançar o que fora proposto, de maneira que os resultados possam ser perceptíveis e valorizados pela sociedade, promovendo a confiança pública (Ingraham et al., 2003).

Entende-se a eficiência na gestão pública como a habilidade de converter recursos limitados em resultados públicos desejados, reduzindo ao mínimo os custos e os tempos de execução dos processos (Andrews et al., 2011). Assim, eficiência no setor público implica na otimização dos processos administrativos, buscando reduzir desperdícios e maximizar a entrega de valor aos cidadãos com os recursos disponíveis (Alford, & Yates, 2016). A eficiência governamental moderna deve ser

medida não apenas pela minimização dos custos, mas pela maximização do impacto positivo na sociedade por meio de políticas e serviços eficazes (Barzelay & Thompson, 2010).

A efetividade das políticas públicas é avaliada pela capacidade do governo em resolver problemas sociais complexos de forma sustentável e em tempo hábil, proporcionando benefícios significativos aos cidadãos (Boin & Hart, 2012). A eficiência administrativa em instituições públicas requer a implementação de comunicação e avanço das tecnologias que racionalizem as atividades e melhorem a prestação de serviços (Meijer & Bolivar, 2016).

Já uma política pública eficiente é determinada pela interação entre as metas estabelecidas e os resultados concretos alcançados, considerando a adequação dos meios utilizados (Sabatier & Weible, 2014). Outro estudo realizado em Madri, na Espanha, mostra que quanto maior o tamanho do governo, menos eficiente ele se torna, sendo importante que tenha mais transparência e qualidade nas regulamentações para melhorar a eficiência (Afonso et al., 2013).

Souza (2024) destaca que ao ser eficiente e transparente a administração pública contemporânea estabelece esses dois componentes como pilares, garantindo eficiência no cumprimento das demandas sociais, estimulando inovações tecnológicas, reforçando a conclusão das metas administrativas e estabelecendo a credibilidade governamental, responsável e justa.

Para que o governo funcione melhor, é preciso que os gestores públicos sejam comprometidos com a eficiência, eficácia e efetividade, pois, sem esses conceitos, o desenvolvimento pode ser prejudicado e afetar a vida na sociedade (Sano &

Montenegro, 2013). Eficiência tem seu significado na utilização dos recursos de forma certa para produzir muito com pouco, significa dizer que é importante usar bem os recursos para alcançar uma meta. Gestão por resultados é uma forma de administrar para melhorar a entrega de serviços públicos e isso inclui medir o que é feito e atingir metas para ser mais eficiente e eficaz (Santos & Costa, 2022). Martins e Silva (2023) observaram que uma gestão pública inovadora é um fator determinante para a efetividade das políticas governamentais, permitindo a adaptação às mudanças e a melhoria contínua dos serviços.

Já Costa et al. (2015) verificaram quais são os motivos para que o governo gaste o dinheiro público de forma correta e evidenciaram que quando uma cidade tem problemas financeiros, a gestão não consegue ser eficiente com o dinheiro. Isso afeta negativamente a qualidade da administração do município. A eficiência da administração pública é alcançada quando ela considera problemas sociais e utiliza indicadores apropriados para medir seu desempenho (Šťastná & Gregor, 2011; Fink, 2021). Segundo Zucatto et al. (2009), indicadores são como retratos que mostram como as coisas estão em comparação com o que se deseja.

Indicadores de desempenho são ferramentas importantes para avaliar se as políticas públicas estão funcionando bem naquela administração de governo e seu uso é fundamental para garantir que seu trabalho seja sempre melhorado (Hatry, 2006). Os indicadores ajudam a controlar melhor as coisas na administração de empresas e governos, tornando as ações mais transparentes e permitindo uma comunicação mais fácil com grupos sociais (Zucatto et al., 2009).

Costa et al. (2015) estudaram como recursos públicos são utilizados em 831 cidades de Minas Gerais entre 2006 e 2009, e usando cálculos como de Despesas de

Exercícios Anteriores, num modelo de regressão para entender melhor e descobriram que as cidades com menos recursos têm sua gestão afetada, e como resultado verificou-se que 445 cidades tem uma eficiência média de cerca de 54% e cerca de 82 cidades têm até 95% de eficiência, em média de 10%.

Nota-se que esses indicadores são muito importantes, pois ajudam o governo a decidir como o dinheiro e os recursos públicos serão gastos, mostram quais áreas da sociedade não estão indo bem, monitoram como a população está vivendo e formulam políticas sociais, sendo que o governo precisa criar bases de dados seguras e confiáveis para usar esses indicadores, para poderem ajudar na tomada de decisões (Januzzi, 2017).

### **2.2.1 Índice de Efetividade da Gestão Municipal [IEGM]**

Silva et al. (2020) abordaram que IEGM é um indicador de desempenho, que tem como foco principal avaliar se os serviços que os municípios oferecem são de qualidade, sendo formado por sete índices diferentes, todos com seus respectivos pesos, ponderados para compor o índice final. Os índices são obtidos por meio da soma das informações do governo, de relatórios respondidos pelos entes municipais e pelas informações nas prestações de contas, os quais verificam a atuação dos recursos utilizados pelo gestor municipal que, se aprovado, tornam o resultado do índice definitivo (IRB, 2016; Silva et al., 2020).

O IEGM é utilizado como parâmetro, medindo a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelos municípios, consistindo em 7 indicadores de desempenho, e os resultados são classificados em cinco faixas, sendo o IEGM Geral o resultado dos demais índices (Holanda et al., 2022). Esta ferramenta é quem auxilia na avaliação da

qualidade da gestão pública nas cidades do Brasil, ajudando a garantir que o governo seja transparente e responsável (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2022).

E os resultados do IEGM tem se mostrado um parâmetro para mensurar a eficiência da administração do município e até a importância de um controle mais aprimorado, auxiliando no direcionamento das auditorias, sendo os dados confiáveis, que auxiliam na avaliação do desempenho dos gestores municipais brasileiros, mesmo sendo baseado em dados declaratórios coletados (Andrett et al., 2017; Passos & Amorim, 2018; Araújo et al., 2021; Holanda et al. 2022).

No estudo de Miranda e Miranda (2024), que ao avaliarem o IEGM das cidades as 807 cidades de Minas Gerais, verificaram que o dinheiro investido na saúde não está relacionado com a eficácia da gestão municipal, significando que apesar de gastar mais dinheiro em saúde, o índice que mede a qualidade da gestão não melhora, acontecendo o mesmo com o índice de saúde, que não tem relação com os gastos demonstrando que, ao contrário do que era esperado, investir mais dinheiro em saúde não faz com que a gestão municipal seja mais eficaz, principalmente na área da saúde.

Aguiar et al. (2020), analisaram os gastos relativos às políticas públicas realizadas no Estado do Espírito Santo e evidenciaram que quando investidos corretamente, eles melhoram a gestão e trazem resultados positivos para a saúde no ano seguinte e vale ressaltar que como o dinheiro é usado é muito importante para haver melhorias, e que é relevante usar critérios técnicos para decidir onde investir.

Ao averiguarem o IEGM dos municípios do Ceará, Alves e Lee (2019) verificaram que a maioria foi considerada "em fase de adequação" e os resultados mostraram que as áreas de Gerenciamento Fiscal e Saúde estão bem, enquanto

Planejamento, Meio Ambiente, Tecnologia da Informação e Cidade Protegida precisam melhorar, sendo os fatores como população, idade da cidade, receita e gastos com saúde também influenciam no IEGM.

Santos et al. (2022), ao analisarem o IEGM e sua relação com o FIRJAN Desenvolvimento e como a gestão pública é realizada nas cidades da Região Nordeste, e o seu desenvolvimento socioeconômico, constataram que ter uma gestão mais efetiva pode ajudar a melhorar a estrutura e melhoria no dia a dia da sociedade, evidenciando que é importante que os governantes atuem de forma efetiva para garantir um melhor desenvolvimento da cidade.

Estudos realizado por Silva et al. (2020) no estado do Pará mostraram que municípios estão tendo resultados ruins nos IEGM Geral, sendo que as piores notas estão no aspecto de planejamento, o que aponta problemas graves em todas as dimensões avaliadas, sendo importante aprimorar o planejamento para criar condições adequadas para o desenvolvimento local, como ideação e aplicação de novas políticas públicas.

No estudo de Silva (2020), realizado no período de 2014 a 2017, o IEGM nos municípios de São Paulo piorou nos diversos indicadores e no IEGM Geral, como foi apurado nos dados obtidos no TCE/SP e essa classificação foi dada com base nas informações fornecidas pelas prefeituras e analisadas por um tribunal de contas que mostra a queda na gestão dos recursos públicos. No estudo do Moro et al. (2023), ao avaliarem os IEGM dos 77 municípios dos estados de São Paulo, verificaram que existem diversas áreas que podem ser melhoradas na educação, sendo importante que as autoridades se mobilizem para melhorar as condições em que os alunos estudam.

Já nos estudos de Petrucci (2018), que analisou o IEGM no Estado da Paraíba, em 2018, percebeu que as deficiências nos controles internos dos municípios causaram uma piora no índice de gestão fiscal, e isso aconteceu porque os gastos com funcionários foram muito altos, a dívida foi maior que a receita e os repasses para previdência não foram feitos no prazo certo.

No estudo de Bertú Moura e Ferreira (2023) utilizando os dados do TCE/MG, de 2015 a 2017, ao abordar qual o estado atual da educação no estado, concluiu-se que o IEGM é um importante direcionador para melhores decisões sobre o ensino municipal, pois oferece um conjunto de informações que vão desde o funcionamento do sistema educacional até fatores burocráticos e operacionais, ajudando a entender como está a educação nas cidades e o que pode ser feito para ajudá-la a melhorar.

Ao estudar o IEGM nos 97 municípios do Estado do Pará, Silva et al. (2020) constataram que os resultados foram muito ruins e demonstrou que os aspectos institucionais, como o planejamento, também tiveram resultados negativos, assim, trazendo a necessidade de melhorar o planejamento para aprimorar as condições de desenvolvimento local. Costa et al. (2023), em sua pesquisa, monitoraram como a eficiência dos municípios paraibanos afeta a apreciação das contas anuais pelo TCE-PB e ao IEGM e aos índices a ele relacionado, bem como os pareceres nos anos de 2016 a 2018 e os resultados mostraram que um alto nível de ineficiência dos municípios pode ser originado devido à má administração e dificuldades para oferecer melhores aplicações dos recursos públicos à população.

Na pesquisa de Maeda e Varela (2017), que avaliaram as faixas do IEGM dos 644 municípios paulistas, no ano de 2014, mostram que as prefeituras menores têm tendência a cumprir as leis e ser eficazes na sua gestão, enquanto municípios maiores

podem ter dificuldades para obedecer às regulamentações. Holanda et al. (2022), em seu estudo para verificar a governança com base nos índices IEGM dos municípios do Estado do Ceará em 2016 e 2017, apurou que o IEGM Gestão Fiscal teve um dos melhores desempenhos nos municípios estudados, o que eles acreditam que foi o principal foco dos TCE/CE nas auditorias analisadas.

No estudo realizado por Silva (2020), que avaliou o IEGM Meio Ambiente e IEGM Proteção do Cidadão no Estado de São Paulo, no período de 2014 a 2017, observou que o IEGM Meio Ambiente classificou a maioria das cidades como as que tinha plena efetividade e sem efetividade, demonstrando aumento em comparação a outros períodos, sendo o número de municípios com classificação plena efetividade cresceu de 167 para 198, um aumento de 30,75%.

No estudo de Holanda et al. (2022) sobre o IEGM, no estado do Ceará, verificaram que algumas categorias tiveram um aumento significativo de efetividade, como o IEGM Proteção do Cidadãos, o IEGM Tecnologia da Informação e IEGM Meio Ambiente, no entanto, relativo ao IEGM Saúde, observou-se uma diminuição na efetividade e terminando com o valor deficitário.

Aguiar (2019) analisou se os gastos com saúde e educação feitos pelas cidades do Espírito Santo tiveram impacto na qualidade da gestão municipal dos anos de 2015 a 2017, pela perspectiva do IEGM, e os resultados mostraram que o investimento nessas áreas é igual, independentemente da cidade e, além disso, verificou-se que os gastos com saúde só são benéficos na gestão no ano seguinte, enquanto os gastos com educação não têm impacto, significando que é importante gerir o dinheiro público de forma eficaz para trazer benefícios para a sociedade, e não apenas investir sem planejamento.

## **2.2.2 Índice de Governança Municipal [IGM] do Conselho Federal de Administração [CFA]**

Segundo Albuquerque et al. (2017), os gestores não devem apenas se preocupar com a gestão das finanças, mas também avaliar os resultados das políticas públicas entregues à sociedade, sendo necessário analisar o cenário na totalidade, visando melhorar não só o cumprimento das leis, mas também a qualidade e o desempenho da gestão. Kalaoum & Trigo (2021) observam que a governança é uma relação entre grupos de interesse mediada pelo Estado, incluindo sociedade civil, políticos e agentes de mercado, e isso redefine o papel do Estado em relação à hierarquia burocrática.

Em seu estudo Rodrigues (2021) verificou que a incorporação de diretrizes de governança corporativa em instituições públicas configura-se como uma necessidade inerente à administração contemporânea, desempenhando um papel essencial na promoção do equilíbrio organizacional, na otimização da gestão dos recursos financeiros e no embasamento das decisões estratégicas adotadas pelos gestores.

Sanches et al. (2023) ao investigar a implementação de uma área de gerenciamento de projetos na prefeitura de Londrina, no estado do Paraná, utilizando o IGM/CFA, como base para analisar 396 projetos, constatou-se a necessidade de uma gestão mais estruturada e integrada, o qual traria o acompanhamento mais eficiente dos projetos, cooperando para o uso do dinheiro público e a melhoria dos resultados na administração pública.

Nos estudos de Silva et al. (2020), analisaram os aspectos que explicam o gerenciamento fiscal dos municípios no Brasil, adotando uma abordagem de avaliação, utilizando o IGM/CFA, com a base em dados de 2013, e os resultados encontrados apontaram resultados positivos entre a gestão fiscal e o IGM/CFA, demonstram-se um grande aliado no gerenciamento dos recursos.

Os estudos Cruz et al. (2024) por sua vez, avaliou a influência da escolaridade e da experiência dos prefeitos dos municípios do Litoral sul do estado da Bahia, relativo ao IGM-CFA, e os resultados mostraram que o nível escolar e a *competência* dos prefeitos impactam positivamente o IGM-CFA, sendo identificada uma variação regional, em comparação aos municípios da região Norte do estado da Bahia, apresentando a menor distância entre as variáveis analisadas.

No estudo realizado por Kinzler e Melo (2023) sobre os 102 municípios do Paraná, mensurando por meio do IGM/CFA e IEGM, mostrou que o CI tem grande relevância no uso do dinheiro públicos dos municípios, e ainda observarem que o CI tem impacto positivo na governança das cidades avaliadas, significando que esses municípios se destacam em atividades como monitoramento.

Com isso, surge a seguinte hipótese deste estudo:

H1 – Quanto melhor a governança dos municípios amazonenses, maior o IEGM dos municípios do Amazonas.

### 2.3. CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No século XIX, em 1891, o Estado do Piauí criou o primeiro Tribunal de Contas do Brasil. Até 1950, outros 17 Tribunais foram criados. Em 1990, mais 13 órgãos para

fiscalização superior foram instituídos, possibilitando que os estados e municípios brasileiros tivessem acesso a um órgão específico para realizar a fiscalização de suas finanças (Loureiro et al., 2009). Os Órgãos fiscalizados devem criar sistemas internos de controle para ajudar o Controle Externo, sendo esses que sistemas têm a intenção verificar e acompanhar as ações dos Poderes de maneira preventiva e corretiva, para ajudar na realização da missão institucional (Lopes et al., 2008).

Controle pode ser entendido como um meio de fiscalização que ajuda a gerir o dinheiro público de maneira certa, com transparência e que ajude a alcançar os objetivos do governo de forma eficiente (Lynn, 2001). No mesmo sentido, Bovens et al. (2014), entenderam que o ato de controlar no setor público era importante para garantir que o governo estivesse seguindo as regras e cumprindo seus objetivos, além de mostrar para as pessoas o que estava sendo feito de maneira clara e responsável. Menzel (2012) ainda menciona que os sistemas de controle na administração pública são projetados para monitorar a conformidade com os objetivos organizacionais, regulamentações e padrões éticos, assegurando a accountability e minimizando a corrupção.

O Controle interno [CI] é uma medida importante para garantir que as metas da organização sejam alcançadas e que as informações financeiras sejam confiáveis. Também ajuda a garantir que as demandas sejam atendidas de maneira eficiente e que as leis sejam obedecidas, prevenindo problemas como a fraude (Antón, 2020). O CI, age como primeira linha de defesa erros e fraudes, assim como as ações que verificam os riscos (Anderson & Eubanks, 2015). Segundo o *Institute of Internal Auditors* [IIA] (2013), foco principal das linhas de defesa é tornar claros a figura e responsabilidades relacionadas a gestão de riscos e CI, e assim melhorar a

comunicação entre os interessados, além de que a sua aplicação também traz uma nova visão sobre as operações da organização, sendo o controle interno a primeira linha de defesa.

O CI no setor público é importante para garantir que as atividades funcionem bem, o patrimônio seja protegido e as regras sejam cumpridas (COSO, 2013). As ferramentas de controle interno são técnicas que ajudam as entidades a trabalharem de forma mais segura e eficiente, fornecendo procedimentos para minimizar os riscos, prevenir fraudes e incentivar a utilização correta dos recursos e orçamentos e a atender o que fora estabelecido nos instrumentos do orçamento público (LOA) (Cardin et al., 2015; Afriyie et al., 2019).

Gonçalves & Mendes (2021), na sua abordagem sobre sistemas, observam que, quando relacionados aos controles, são fundamentais nas entidades públicas para a garantia da conformidade legal e para a proteção dos recursos públicos contra abusos e desperdícios. Nesse sentido, Castro (2015) demonstra que o CI exerce o monitoramento contínuo das atividades governamentais, tornando-o mais aberto para seus cidadãos, como se fosse uma ferramenta de democracia, que permite a participação de todos em decisões e no acompanhamento das ações em andamento.

O CI é demonstrado pela Controladoria Geral da União (2007) como uma importante ferramenta para gerenciar os assuntos de uma organização, ajudando a tomar decisões e monitorando as ações da administração para cumprimento das metas financeiras e como uma estrutura de verificação para evitar problemas, reduzir riscos, e, ao mesmo tempo, evitar prejuízos. Quando os controles internos não funcionam corretamente, pode haver uso indevido de recursos públicos por parte dos

gestores, o que significa que eles podem usar o dinheiro para fins diferentes do interesse do público (Capovilla et al., 2018).

Os estudos de Thomé & Tinoco (2005), Provasi & Riva (2015) e Andrade (2020), abordam que o CI é quem norteia a elaboração de mecanismos de supervisão os quais monitoram a eficiência das atividades, a integridade dos relatórios contábeis, o cumprimento dos instrumentos legais e a salvaguarda do patrimônio, os quais têm um parâmetro uniforme de controle e um potencial de reduzir a incidência de falsificações e eventuais erros, bem como os riscos e custos relacionados à auditoria e a necessidade de republicação de demonstrações financeiras.

O controle interno é muito importante para que o governo funcione bem, garantindo que tudo seja feito de maneira correta e transparente, evitando problema como desvios de dinheiro (Silva & Oliveira, 2022). Speeden e Perez (2017) verificaram em seu estudo que as finanças dos municípios são avaliadas por instituições de controles, tanto internos como externos, como os Tribunais de Contas, que são 33 no Brasil, desses, vinte e dois deles fiscalizam as contas dos estados e municípios. Azevedo (2013) ressaltou que o modo de averiguação utilizado pelas instituições de controle externo não é padronizado no país.

A Lei Estadual n.º 2.423/96 (1996), traz o TCE-AM como uma entidade responsável por fiscalizar as contas dos órgãos governamentais do Estado do Amazonas, pois avalia as finanças do gestor público, por meio das prestações de contas, além de emitir opiniões sobre todos os que lidam com recursos públicos e tem como foco garantir a transparência e boa utilização daqui que é público.

### 2.3.1 Avaliação dos Controles Internos

Vários estudos analisaram as deficiências de CI sob o olhar da eficiência, para que as atividades sejam cumpridas de forma correta, e eficaz, a fim de que seja alcançado o esperado, e verificaram que as falhas nos controles internos administrativos estão relacionadas à eficiência dos Sistemas Controle Interno na área pública (Jokipii, 2010; Kronbauer et al., 2011).

Capovilla et al. (2018) utilizaram um modelo do *The Comitee of Sponsoring Organizations* [COSO] e padrões do *The Government Accountability Office* [GAO] e os resultados mostraram que os controles internos estão fracos e precisam de melhorias para garantir que a administração pública não corra riscos. Hoitash et al. (2009) mostram que a boa gestão dos controles internos e da governança, que incluem o monitoramento do desempenho, podem melhorar o funcionamento dos processos e procedimentos do governo.

Isso ajuda a identificar problemas e possíveis falhas nos processos e permite que sejam adotadas medidas corretivas para tornar a administração eficaz, eficiente e transparente. Quanto a expressão qualidade do controle interno, são dificilmente encontradas teorias que abordam sobre controles internos de qualidade (Capovilla et al., 2018), no entanto, essa “qualidade” é construída frente às deficiências e falhas evidenciadas em organizações privadas e públicas (Cunha et al., 2019).

Ainda nesse entendimento Andrade (2020) verificou que do mais alto ao mais baixo nível de uma organização pública devem exercer responsabilidades para preservar o patrimônio público, controlar a execução de ações inerentes aos programas e o modo como se controla e gerência a área pública se mostra essencial

para fiscalizar o que a administração está fazendo. Borges (2023) verificou que, embora a qualidade dos controles internos tenha apresentado relação significativa com o desempenho municipal, a pesquisa não conseguiu comprovar a correlação da qualidade dos Controles Internos e a Governança Municipal, que incluem as dimensões finanças e gestão.

A Qualidade do CI é representada intrinsecamente a uma quantidade menor de deficiências e fragilidades (Borges, 2023). A análise da relação entre integridade corporativa e qualidade de controles internos que Shu et al. (2018) realizaram mostrou que ter boa governança pode ajudar a reduzir as dificuldades dentro da entidade, assim, os controles internos ficam mais fortes, garantindo que a organização se mantenha segura e saudável.

Pode-se verificar os detalhes de algumas atividades por meio de controles específicos, ou monitorar de forma geral como todas as atividades estão sendo executadas para garantir que tudo seja feito de forma econômica e eficiente (Castro, 2011; Castro, 2014). Estudos de Benedek et al. (2014) nas cidades da Hungria têm evidenciado diversas deficiências nos sistemas de controles internos, mediante análise da estrutura do CI.

A implementação de controles internos de qualidade busca garantir a consistência no uso dos recursos disponíveis na organização, assegurando sua utilização apropriada e melhorando a divulgação das informações (Lopes et al., 2017). A influência das debilidades dos CI nas escolhas contábeis conservadoras e oportunistas, evidenciaram que a maioria das empresas analisadas tomaram decisões de maneira oportunista ao invés de eficientes e que essas deficiências encontradas no ambiente interno apresentaram significância sobre o aumento do nível de gestão

para reduzir os resultados, o que gera um efeito cascata numa organização (Cunha et al., 2020).

Para Rocha (2011), os pareceres prévios são relatórios que ajudam a fiscalizar as ações dos governantes e são utilizados para avaliar se eles agiram corretamente e são utilizados para decidir se os governantes podem continuar no cargo. No estudo realizado por Ferreira et al. (2021), analisaram como a verificação de CI está relacionada com a dimensão dos órgãos avaliados pelo TCE-CE e foi constatado que órgãos públicos são afetados por fatores internos e externos, sendo que quanto maior o tamanho do órgão, pior foi a avaliação do controle interno, mostrando que é importante que gestores públicos tomem medidas para mitigar os efeitos de circunstâncias em suas organizações.

Nassif e Oliveira (2020), em seu estudo, ainda ressaltam que para garantir uma administração pública transparente e confiável, é importante que o Estado tenha medidas de segurança internas que auxiliem o administrador a tomar decisões corretas e a manter as informações claras. Assim, com base no contexto acima, tem-se a hipótese:

H2 – Quanto menor o número de falhas identificadas na avaliação dos controles internos, maiores tendem a ser as notas do IEGM dos municípios do Amazonas.

## 2.4 CONTROLE EXTERNO E TRIBUNAL DE CONTAS

Os Tribunais de Contas são órgãos que ajudam o Poder Legislativo a fiscalizar os municípios, sendo responsáveis por controlar como os recursos disponíveis aos municípios e demais órgãos públicos estão sendo gastos, e são independentes e

atuam como um braço do Legislativo para garantir que não haja irregularidades nas finanças das cidades (Domiciano,2017; Castro & Carvalho.,2017).

O controle externo é uma forma de fiscalização que acontece em duas dimensões: política e técnica e, quando o Poder Executivo presta contas, o Poder Legislativo avalia e julga, e o Tribunal de Contas emite um parecer sobre essas contas, podendo ser com ou sem ressalvas (Silva & Cruz, 2018).

A avaliação realizada sobre controle externo neste estudo é representada pela emissão do parecer prévio, partindo de uma análise do conceito de parecer, conclusão de um assunto, emitido por um especialista, antes do julgamento pelo poder Legislativo, sendo uma análise técnica de uma disciplina a ele submetido (Mello, 2009).

#### **2.4.1 Deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas na Função de Controle Externo**

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, previsto na Constituição Estadual, exerce a função de controle externo em colaboração com o Poder Legislativo, sendo responsável por avaliar a legalidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos, abrangendo as esferas estadual e municipal, incluindo também as entidades vinculadas à administração indireta e aquelas sob controle do Estado, tendo suas competências estabelecidas pela Lei n.º 2.423, de 10 de dezembro de 1996 (Fernandes et al., 2020).

Em relação aos estudos acerca dos tribunais de contas pelo Brasil, Velten (2015) analisou a rejeição das contas do governo no estado do Espírito Santo e constatou que as causas para essa não aceitação, estavam relacionados a problemas

contábeis, como erros e divergências nos saldos das contas e nas demonstrações financeiras, os quais poderiam ter sido evitados se houvesse uma avaliação prévia do controle interno.

E como abrangência a esse aspecto, no estudo de Azambuja et. Al. (2018), realizado no TCE-MT, revela que a predominância de elementos políticos em sua estrutura, aliada ao modelo utilizado para avaliar as contas municipais em Mato Grosso, tem apresentado uma eficácia limitada no alcance de seus objetivos institucionais e os achados ressaltam a discrepância entre os valores oficialmente proclamados pela instituição e o baixo impacto observado na aplicação dos recursos públicos alocados ao Tribunal anualmente.

Nessa abordagem, Carneiro e Oliveira (2012) analisou como os órgãos de fiscalização controlam o uso do dinheiro público na região de Feira de Santana, e verificaram que os relatórios de CI não são bem-feitos e os pareceres realizados pelo TCM-BA são emitidos com ressalvas, significando que ainda falta empenho nos controles internos dessas cidades.

E nos estudos de Silva e Ribeiro (2009) os pesquisadores buscaram entender as ressalvas que o TCE-PE dava nas contas dos municípios entre 2000 e 2005 e concluíram que essas ressalvas aconteceram porque os gestores não estavam cuidando bem do dinheiro público, principalmente em 2001, significando que eles não estavam seguindo as regras certas para controlar o dinheiro do município.

Já Pereira (2019), observou que o TCE-RN encontrou várias irregularidades nas contas dos prefeitos que fizeram com que elas fossem rejeitadas e entre as irregularidades, foram encontradas várias situações como falta de dinheiro para pagar contas antigas, problemas nas contas bancárias, informações incorretas sobre o que

a cidade tem e deve de dinheiro, gastos maiores do que o permitido com funcionários e falta de investimentos suficientes em educação e saúde.

Nóbrega e Araújo (2019) analisaram os relatórios do TCE-PB sobre as contas de prefeitos de 2010 e concluíram que eles só cumprem parcialmente seu papel de garantir que os gestores públicos prestem contas, sendo a parte formal é cumprida totalmente, mas a parte substancial apenas parcialmente, o que mostra que o Tribunal está mais focado na parte legal do que realmente em garantir transparência e responsabilização dos governantes.

Já nos estudos de Soares dos Santos et al. (2023) realizado no Estado de Pernambuco, analisou o motivo pelo qual as contas do governo são rejeitadas pelo Tribunal de Contas e descobriram que ter experiência política e um baixo nível de escolaridade pode aumentar a chance de rejeição das prestações de contas, enquanto um bom desempenho financeiro, um alto PIB per capita e um bom IDHM podem diminuir essa probabilidade.

De acordo com Costa e Gióia (2024), foi desenvolvido um modelo preditivo para estimar a probabilidade de um município receber um parecer prévio favorável ou desfavorável do TCE-SP, utilizando as sete dimensões do IEGM como base para identificar municípios mais vulneráveis na gestão pública, e possibilitou a adoção de ações preventivas de fiscalização mais direcionadas, por meio da construção de uma árvore de classificação, sendo que o modelo alcançou a estimação entre 63% e 71%, e os resultados demonstraram que foi possível prever os resultados do julgamento das contas que os prefeitos prestam com base nas notas do IEGM, demonstrando a eficácia da metodologia adotada.

H3 – As deliberações sobre a aprovação das prestações de contas das contas de governo do Chefe do Poder Executivo pelo TCE-AM tendem a aumentar os resultados do IEGM dos municípios do Amazonas.

## **Capítulo 3**

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este estudo teve como objetivo avaliar se a efetividade da gestão dos municípios do Amazonas é influenciada pelas deliberações dos órgãos de controle interno e externo (TCE-AM) sobre as prestações de contas, bem como pela governança dos municípios do Estado do Amazonas. Foi realizada uma pesquisa de estatística descritiva, de cunho quantitativo, exploratória, de análise de dados secundários, com base documental, nos Relatórios das Deliberações iniciais de auditoria externa emitidos pelo TCE/AM e das prestações de contas finais dos governos dos municípios do Amazonas, assim como dos indicadores do IEGM.

Nos próximos tópicos serão apresentadas a amostra de forma detalhada, o método utilizado, e os demais procedimentos que levaram aos resultados alcançados.

#### **3.1 AMOSTRA, LACUNA E OBTENÇÃO DOS DADOS**

Os tópicos a seguir demonstram qual a amostra, a lacuna da pesquisa e como os dados obtidos para realização das análises.

##### **3.1.1 Amostra da Pesquisa**

Foram utilizados como amostra os 62 municípios do estado do Amazonas os quais estão descritos nos itens abaixo. Ainda, segundo o IBGE, as cidades do estado do Amazonas têm 62 cidades, que estão organizadas no mapa da figura 1.

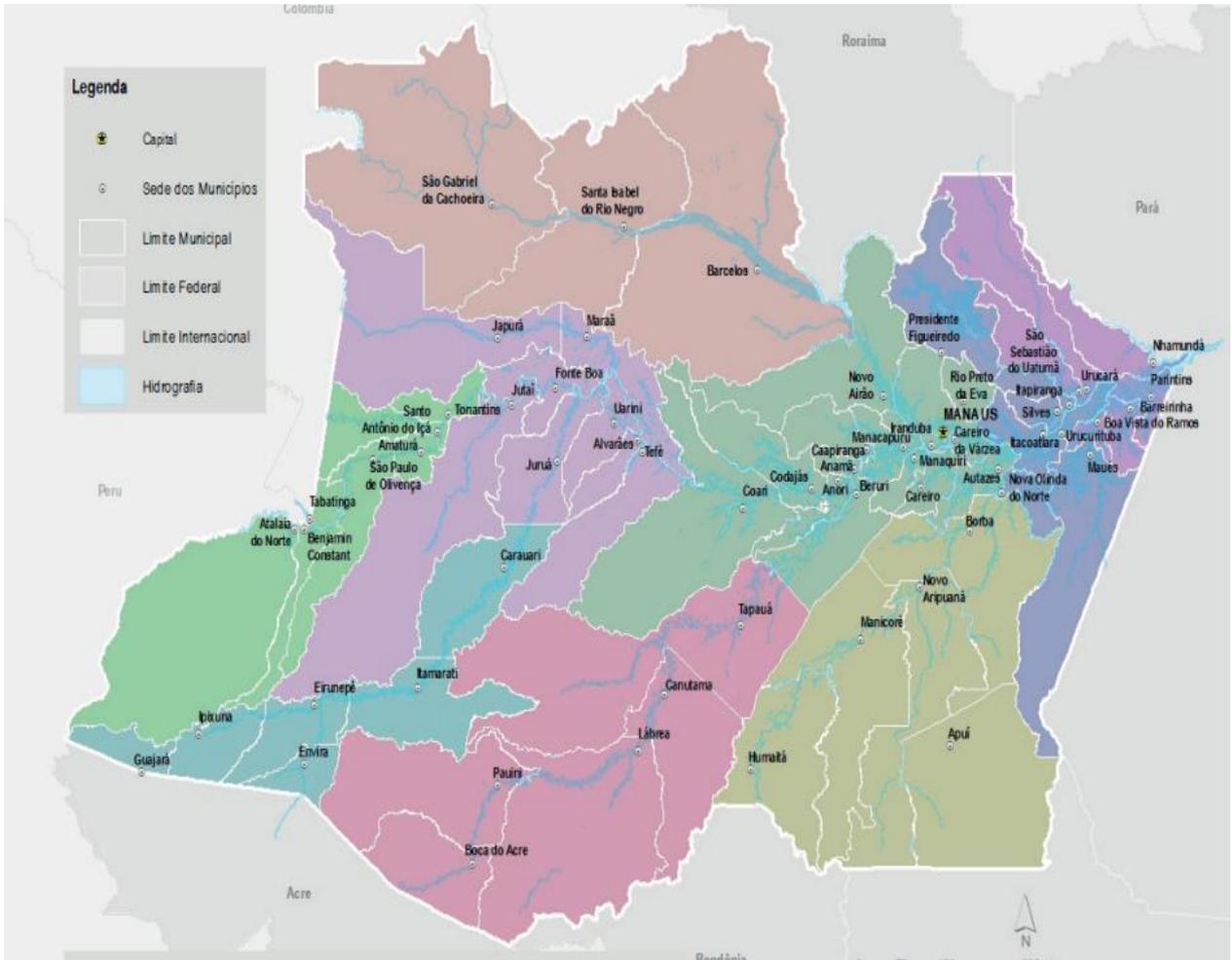


Figura 1: Mapa do Estado do Amazonas  
 Fonte: IBGE (2024)

Os municípios verificados no mapa da figura 1 acima mostram os entes analisados, assim como a dimensão geográfica em que estão distribuídos, desde as cidades na região metropolitana até os municípios ao extremo sul, norte, leste e oeste do estado.

Nas tabelas 01, 02 e 03 abaixo, em resumo, foram feitos ajustes na base de dados, conforme segue abaixo:

**TABELA 01 – ESTRUTURA DA AMOSTRA – ANO 2017**

Descrição	Municípios	Qtd.	Qtd. Total
-----------	------------	------	------------

Participaram do IEGM (+)	Amaturá, Anamã, Anori, Apuí, Atalaia Do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Boa Vista Dos Ramos, Canutama, Carauari, Careiro Da Várzea, Coari, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutaí, Lábrea, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Nova Olinda Do Norte, Novo Airão, Parintins, Rio Preto Da Eva, Santa Isabel Do Rio Negro, São Sebastião Do Uatumã, Silves, Tabatinga, Tefé, Uarini, Urucurituba.	41.	62.
Não Participaram do IEGM (-)	Alvarães, Beruri, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Careiro, Codajás, Humaitá, Manacapuru, Maraã, Maués, Nhamundá, Novo Aripuanã, Pauini, Presidente Figueiredo, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tapauá, Tonantins, Uruará.	21.	

Fonte: Elaboração Própria.

Conforme a tabela 01, para análise foram desconsiderados os municípios que não apresentaram no ano de 2017 os indicadores do IEGM Geral, conforme informado pelas cidades e disponível no IRB (2017).

**TABELA 02 – ESTRUTURA DA AMOSTRA – ANO 2018**

Descrição	Municípios	Qtd.	Qtd. Total
Participaram do IEGM (+)	Amaturá, Anamã, Anori, Apuí, Autazes, Benjamin Constant, Beruri, Borba, Careiro Da Várzea, Coari, Envira, Iranduba, Itamarati, Manaquiri, Manaus, Maués, Nova Olinda Do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Santo Antônio Do Içá, São Gabriel Da Cachoeira, São Paulo De Olivença, Tabatinga, Tapauá, Tonantins, Uarini.	28.	62.
Não Participaram do IEGM (-)	Alvarães, Atalaia do Norte, Barcelos, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutaí, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Maraã, Nhamundá, Pauini, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Silves, São Sebastião do Uatumã, Tefé, Uruará, Urucurituba.	34.	

Fonte: Elaboração Própria.

Para as análises foram desconsiderados os municípios que não apresentaram no ano de 2018, conforme consta na tabela 02, e os indicadores do IEGM Geral, conforme informado pelos municípios e disponível no IRB (2018).

**TABELA 03 – ESTRUTURA DA AMOSTRA – ANO 2023**

Descrição	Municípios	Qtd.	Qtd. Total
-----------	------------	------	------------

Participaram do IEGM (+)	Alvarães, Amaturá, Anamá, Atalaia do Norte, Autazes, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Canutama, Careiro, Coari, Eirunepé, Envira, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarati, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Marãã, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Silves, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga, Tonantins, Uarini.	34.	62.
Não Participaram do IEGM (-)	Anori, Apuí, Barcelos, Barreirinha, Caapiranga, Carauari, Careiro da Várzea, Codajás, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutáí, Lábrea, Manicoré, Maués, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tapauá, Tefé, Urucará, Urucurituba.	28.	

Fonte: Elaboração Própria.

Foram desconsiderados os municípios que não apresentaram no ano de 2023, conforme consta na tabela 03, os indicadores do IEGM Geral, conforme informado pelos próprios municípios e disponível no IRB (2023).

Os entes analisados foram o poder executivo dos municípios amazonenses, não sendo verificados neste estudo as câmaras municipais, fundações públicas, institutos municipais e empresas públicas.

### 3.1.2 Lacuna da Pesquisa e Justificativa

A escolha em analisar os municípios amazonenses se deu devido à lacuna da pesquisa, pois não foram encontrados estudos acerca dos parâmetros estabelecido e os trabalhos encontrados que abordam IEGM estão relacionados a outros estados e regiões, ou a um município específico, pois os dados são gerenciados pelo respectivo Tribunal de Contas e levam em consideração o perfil deste tribunal onde os entes federativos estão (Silva et al.2020; Araújo et al., 2021; Holanda et al., 2022; Silva et al., 2020; Araújo et al., 2021; Holanda et al., 2022; Miranda & Miranda, 2024).

E nesse contexto, o Estado do Amazonas, assim como todos os municípios que o compõe, tem o dever de mostrar os resultados obtidos, visando cumprir com o princípio da moralidade da gestão pública e, dessa forma, conquistar a confiança da população e o IEGM visa justamente demonstrar informações acerca disso (TCE/AM, 2016).

Outra lacuna encontrada nos estudos trazidos na revisão da literatura, sobre a análise do IEGM, tem enfoque nos aspectos saúde (Aguiar et al., 2020; Miranda & Miranda, 2024), educação (Moro et al., 2023; Bertú Moura & Ferreira 2023), planejamento (Silva et al., 2020), diferentes deste estudo que avalia a efetividade nos recursos públicos por meio dos resultados do IEGM, tendo as variáveis Controle Interno, Externo e a governança dos municípios.

Em síntese da justificativa deste estudo, Borges et al. (2023), corroboram em sua análise espacial, utilizando o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e Índice de Capacidade de Gestão Municipal (ICGM), na região norte, para verificar o desenvolvimento regional, demonstrou declínio elevado IDM nos estados do Amazonas e Pará, fazendo com que a Região Norte obtivesse um IDM médio estipulado como crítico e um ICGM ao nível de alerta, evidenciando desafios na gestão e no desenvolvimento regional.

Ainda, com base no que já fora mencionado, o estado do Amazonas tem peculiaridades que o diferem dos demais estados do Brasil, como: logística, demografia, tipo de deslocamento, o qual na sua maioria se dá por meio fluvial, e sua estrutura econômica (Dávila, 2021; Cabral et al, 2023).

### 3.1.3 Obtenção dos Dados

A esta pesquisa se firmou em analisar os dados de 103 (cento e três) deliberações nos pareceres do TCE/AM sobre as contas de governo do Chefe do Poder Executivo de cada município amazonense nos anos de 2017 (TCE/AM, 2018), 2018 (TCE/AM, 2019) e 2023 (TCE/AM, 2024), assim como os resultados das deliberações das respectivas prestações de contas dos exercícios mencionados e os resultados do IEGM 2017, 2018 e 2023 (IRB, 2024), para avaliar a efetividade com os recursos públicos dos municípios amazonenses, representando 41 cidades do estado do Amazonas em 2017 e 28 cidades em 2018 e 34 cidades em 2023.

Para se obter os dados foi necessário criar um usuário externo no sistema SEI do TCE/AM, solicitar os dados do IEGM por meio de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), utilizado como protocolo virtual do TCE/AM, além de resgatá-los no Instituto Rio Barbosa (IRB). Foram recuperadas as prestações de contas municipais e no portal do TCE/AM, de 2017, 2018 e 2023, extraíndo os pareceres prévios das prestações de contas no portal do TCE/AM, e avaliar as deficiências de Controle Interno. Para tratamento dos dados, foi utilizado o sistema Stata®, versão 18.0-SE, o qual forneceu a estatística descritiva e os demais resultados para a interpretação dos dados.

## 3.2 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Levando em consideração que o IEGM é alto declaratório pelos municípios, ou seja, os próprios entes prestam essas informações, os poderes executivos dos municípios amazonenses não participaram do IEGM 2019, 2020, 2021 e 2022, sendo uma das limitações desta pesquisa, diminuindo a possibilidade de uma série temporal

mais longa, por isso a utilização somente dos anos de 2017, 2018 e 2023. Ainda, a escolha desse período se deu devido aos indicadores terem um lapso de 2 (dois) anos para serem divulgados, conforme informações obtidas pelo TCE/AM, além de terem sido criados a partir de 2016.

Vale observar que o lastro para divulgação dos resultados do IEGM leva em consideração dois exercícios financeiros, sendo que os resultados de 2023 foram divulgados pelo IRB somente em 2025. Outra limitação se deu em relação aos julgamentos das contas do exercício de 2023, uma vez que o TCE/AM (2025) ainda não realizou todas as deliberações acerca dos julgamentos das referidas contas das prefeituras do estado do Amazonas, não possibilitando a avaliação deste exercício.

### 3.3 MODELO EMPÍRICO E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

O modelo empírico utilizado nesta pesquisa foi uma Regressão Linear em painel agrupado (Pooled Regression), sendo que esta técnica é considerada, conforme Fávero et al. (2014), como a mais adequada para esse tipo de estudo, porque permite olhar para vários dados, não apenas em um momento específico, observando informações de muitas organizações em dois ou mais períodos.

A não opção por outro modelo como por efeitos fixos ou aleatórios, é que nesse modelo de efeitos fixos utiliza-se variáveis categóricas cujos níveis são de interesse específico para o pesquisador, as quais são constantes para cada unidade observacional ao longo do tempo e no modelo de efeitos aleatórios considera que os efeitos provêm de uma distribuição aleatória (geralmente normal) e é ideal quando os níveis da variável não são de interesse específico, mas sim amostras de uma população maior (Hausman, 1978; Ke et al., 2024).

E a regressão agrupada é apropriada quando se assume que não há variação significativa entre as unidades ou ao longo do tempo, ou seja, todos os dados podem ser "empilhados" como se fossem uma amostra única, sem distinguir efeitos específicos de tempo ou das cidades (Wooldridge, 2010).

A partir de então surgiram as possibilidades de se utilizar o modelo em pooled, uma vez que é possível inserir uma série temporal mais curta, além de poder empilhar todo o banco de dados e obter resultados (Mensaklo, 2023).

A variável de influências no IEGM, foram testados com a utilização da seguinte equação estrutural:

$$IEGM = \beta_0 + \beta_1.IGMGOVER + \beta_2.AVALIACI + \beta_3.DUMMYAPTCE + \beta_4.RECPRO \\ + \beta_5.TAMSP + \beta_6.IDHM + \beta_7.IDMUN + \beta_8.ESC + \beta_9.PIBPER \\ + \beta_{10}.TAMPOP$$

As variáveis explicativas têm sua relação com as hipóteses utilizadas nesta pesquisa, que explanam a lacuna da pesquisa relativa ao tema proposto. A escolha das variáveis de controle utilizadas nesta pesquisa foram escolhidas com base nos estudos acerca dos trabalhos relacionados aos indicadores de desempenho e ao IEGM, encontrados na literatura (Afonso et al., 2013; Leite & Fialho, 2015; Januzzi, 2017; Malheiros, 2018; Alves & Lee, 2019; Aguiar et al., 2020; Speeden & Perez, 2020; Silva et al., 2020; Oliveira et al., 2020; Araújo et al., 2021; Bertú Moura & Ferreira, 2023; Borges, 2023; Moro et al., 2023).

A Tabela 04 mostra de forma simplificada as informações da equação, baseados nas hipóteses explicadas anteriormente no texto:

TABELA 04 – TABELA DE VARIÁVEIS

Característica	Nome	Hipóteses	Definição	Fonte	Referência
EXPLICADA	IEGM		IEGM Geral definida com base na média aritmética dos componentes do IEGM.	(TCE/AM)	TCE/SP (2014); TCE/AM (2017)
EXPLICATIVA	IGMGOVER	H1	Governança IGM CFA, com a variação relativa a cada nota obtida por município.	IGM CFA (2017, 2018 e 2023)	-
EXPLICATIVA	AVALIACI	H2	Avaliação do CI mesurada por meio da quantidade de não conformidade nos relatórios técnicos sobre o número de aspectos analisados pelo TCE AM.	(TCEAM)	Pareceres Técnicos das Prestações de Contas – TCE/AM); adaptado de Borges (2023);
EXPLICATIVA	DUMMYAPTCE	H3	Variável <i>Dummy</i> que terá seu valor de 0 (zero) a não deliberação das contas e o índice 1 (um) para aquelas que receberam a deliberação.	(TCE/AM)	Adaptado de Araújo et al. (2021)
CONTROLE	RECPRO		Receita Própria do município dividido pela Receita Total vezes 100.	IBGE (2017, 2018 e 2023); STN (2017, 2018 e 2023)	Malheiro (2018); Geys et al. (2010)
CONTROLE	TAMSP		O Tamanho do Setor Público é mensurado pelo total dos gastos dividido pelo PIB.	IBGE (2017, 2018 e 2023); CFA (2017, 2018 e 2023)	Malheiro (2018); Afonso et al. (2013)
CONTROLE	IDHM		Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.	IBGE (2017, 2018 e 2023);	Alves & Lee (2019), Aguiar et al. (2020) e Araújo et al. (2021)
CONTROLE	IDMUN		Idade do Município que varia em relação ao ano base menos o ano de emancipação da cidade.	IBGE (2017, 2018 e 2023);	Alves & Lee (2019)
CONTROLE	ESC		Nível de escolaridade do Prefeito.	CFA (2017); (DATA PEDIA 2017, 2018 e 2023)	Araújo et al. (2021)
CONTROLE	PIB		PIB per capita. Quantidade de habitantes dividido por mil.	IBGE (2017, 2018 e 2023);	Malheiro (2018); Brocco et al. (2018);
CONTROLE	TAMPOP		Tamanho do Município relativo à quantidade populacional.	IBGE (2017, 2018 e 2023)	Speeden e Perez (2020); Malheiro (2018); Silva e & Almeida Malheiro (2018);

Fonte: Elaboração Própria

O IEGM foi utilizado como variável explicada para verificar quais impactos ele sofreu em relação às variáveis explicativas e variáveis de controle propostas nesta pesquisa. Sendo o IEGM utilizado como fator de efetividade dos municípios amazonenses, e analisada por meio das variáveis explicativas e variáveis de controle apresentadas a seguir.

A variável Governança IGM/CFA (CFA) foi utilizada como variável explicativa, com a variação relativa a cada nota obtida por município. A partir de então, foi analisada como variável explicativa a Avaliação do Controle Interno (*AVALIACI*), adaptada dos estudos de Borges (2023). Neste estudo foi considerada como uma medida importante para analisar as contas dos governos dos Municípios do Estado do Amazonas.

Essa medida é baseada nas não conformidades encontradas nos pareceres técnicos das prestações de contas. A Resolução n.º 027, de 27 de novembro de 2013, do TCE-AM, estabelece as diretrizes utilizadas para analisar as prestações de contas anuais dos Chefes de governo.

Foram avaliados 47 itens, conforme a Resolução n.º 027, de 27 de novembro de 2013, do TCE-AM, sendo verificados diversos pontos, como a forma que ele cumpre as regras e os deveres, como cuida do dinheiro e das contas públicas, se está segundo as leis e normas necessárias, e como administra a previdência social do município. Assim, a variável segue os estudos tanto de Nassif e Oliveira (2020), quanto de Borges (2023) por meio do indicador:

$$AVALIACI = 1 - \frac{\text{QUANTIDADE DE FALHAS}}{47 \text{ ITENS}}$$

Assim, assumindo o percentual maior, que quanto menos falhas nos CI apresentam em avaliação dos controles, com base nas deliberações do TCE-AM nos relatórios iniciais de prestação de conta. Já a variável explicativa DUMMY Aprovação TCE (*DUMMYAPTCE*) é considerada binária, uma vez que terá seu valor de 0 (zero) para as cidades que não tiverem deliberação para aprovação nas contas pelo TCE/AM e o índice 1 (um) para aquelas que receberam deliberação para aprovação (seja com ressalvas ou não).

As variáveis de controle encontradas na literatura, utilizadas nos estudos de Araújo et al. (2021), Oliveira et al. (2020), Alves e Lee (2019) e Malheiros (2018), sendo o Tamanho do Setor Público (TAMSP) é mensurado pelo gasto total do município dividido pelo PIB (IBGE). O percentual de Receita Própria (RECPRO) (STN), sendo o resultado da Receita Corrente dividido pela Despesa Corrente.

Também utilizadas como variáveis de controle IDHM no portal do IBGE. A variável Idade do município (IDMUN) é mensurada pelo ano base 2017, 2018 e 2023, menos o ano de emancipação da cidade (IBGE). O Nível de escolaridade do prefeito (ESC) (DATA PEDIA) é considerada binária, uma vez que terá seu valor de 0 (zero) para nível de escolaridade baixo do nível superior e o índice 1 (um) para aqueles que tem nível superior (Araújo et al., 2021).

PIB *per capita* municipal (IBGE), também utilizado como variável de controle, tem como métrica o PIB total dividido pela população do município. O PIB per capita é mensurado pela divisão do PIB pela quantidade de moradores, dividido por 1.000 (hum mil), sendo verificados em estudos de Brocco et al. (2018) e Malheiros (2018), que também utilizaram essa métrica. A variável de controle Tamanho do Município nos estudos de Costa et al. (2015), Maeda e Varela, (2017), Brocco et al. (2018) e

Malheiros (2018) é mensurada pela quantidade de habitantes dividida por 1.000 (hum mil). Além de ser adicionada uma Variável TEMPO para verificar a variabilidade dos períodos de 2017, 2018 e 2023.

### 3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para comparar a variável *DUMMYAPTCE* (Dummy Aprovação TCE) com o IEGM, foi primeiramente realizado o teste de variância, que é uma técnica estatística usada para equiparar a variabilidade entre grupos ou condições, ajudando a avaliar se as diferenças observadas são significativas ou se podem ter ocorrido ao acaso. Aqui estão os principais testes de variância, suas aplicações e algumas referências para estudo (Montgomery, 2019). O teste de média é usado para comparar o resultado de duas amostras ou com uma média já conhecida e é utilizado para verificar se as diferenças entre os números são estatisticamente significativas e importantes ou se elas aconteceram por acaso (Kim & Mueller, 1978; Rasch et al., 2011).

Foi realizada uma análise de correlação de Pearson, com o intuito de identificar a intensidade e direção da relação linear entre as variáveis do estudo. A análise multivariada é o conjunto de técnicas que avaliam múltiplas variáveis ao mesmo tempo, ao contrário de análises univariadas e visa identificar padrões, reduzir dimensões e interpretar relações em dados complexos (Johnson & Wichern, 2018; Hair et al., 2019).

Esse método é empregado quando se deseja analisar o impacto de variáveis explicativas sobre uma variável explicada ao longo de várias unidades de observação (neste caso, as cidades) e em diferentes períodos (Wooldridge, 2013).

O fator de inflação da variância (VIF) (O'Brien, 2007) foi utilizado para verificação de multicolinearidade entre as variáveis explicativas nos modelos ajustados, sendo que a ocorrência de multicolinearidade surge enquanto duas ou mais variáveis explicativas estão altamente correlacionadas, o que pode distorcer as estimativas dos coeficientes e tornar o modelo instável. O VIF quantifica o grau de inflacionamento da variância de um coeficiente devido à multicolinearidade. Valores de VIF acima de 10 geralmente indicam um problema significativo de multicolinearidade, enquanto valores entre 5 e 10 podem indicar uma preocupação moderada (Baum, 2006).

## Capítulo 4

### 4 ANÁLISE DOS DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentam-se os dados utilizados, bem como a análise dos resultados obtidos, por meio de representações numéricas e gráficas. O ponto de partida da análise é a estatística descritiva. Essa etapa inicial é essencial para a compreensão da natureza dos dados, constituindo uma base sólida para o desenvolvimento de análises estatísticas mais sofisticadas (Freund & Perles, 2010).

Fávero e Belfiore (2017) definem a estatística descritiva como um conjunto de procedimentos voltados à organização e à apresentação de dados por meio de tabelas, gráficos e medidas que resumem suas principais características, permitindo a visualização e a compreensão do comportamento das informações observadas sem extrapolar conclusões para além do conjunto analisado.

#### 4.1 ANÁLISE DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 05 demonstra descritivamente variáveis categóricas.

<b>Variável</b>	<b>Categoria</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual (%)</b>
TEMPO	2017	41	39,81
	2018	28	27,18
	2023	34	33,01
DUMMYAPTCE	0	34	49,28
	1	35	50,72
ESC	0	70	67,96
	1	33	32,04

Fonte: Elaboração Própria

A análise das variáveis categóricas da base de dados foi realizada com base na distribuição das frequências relativas e acumuladas conforme será exposto a seguir. A variável TEMPO, que indica o ano de referência das observações, revelou uma predominância de registros no ano de 2017, com 41 observações, correspondendo a 39,81% do total. O ano de 2018 representa 27,18% da amostra (28 observações), enquanto 2023 concentra 33,01% (34 observações).

Essa distribuição evidencia uma concentração moderadamente maior de dados em 2017, ainda que os três períodos estejam relativamente bem distribuídos, permitindo uma comparação temporal com base em ciclos de medição distintos. A variável DUMMYAPTCE, representando uma característica binária aplicável a parte da amostra ( $n = 69$ ), apresentou uma divisão praticamente equitativa entre os grupos: 50,72% dos casos (35 observações) foram codificados com valor 1, indicando a presença da condição, enquanto os demais 49,28% (34 observações) registraram o valor 0, representando a ausência.

Tal equilíbrio sugere que a variável é adequadamente distribuída, evitando viés por predominância de uma das categorias. Por fim, a variável ESC, que também assume caráter binário e está presente em toda a amostra ( $n = 103$ ), revelou que 67,96% dos municípios analisados possuem valor 0, enquanto 32,04% registraram o valor 1. Essa assimetria pode indicar uma menor ocorrência da condição representada pela categoria 1, o que poderá influenciar os resultados em modelos preditivos, especialmente se correlacionada com variáveis de desempenho ou estrutura institucional.

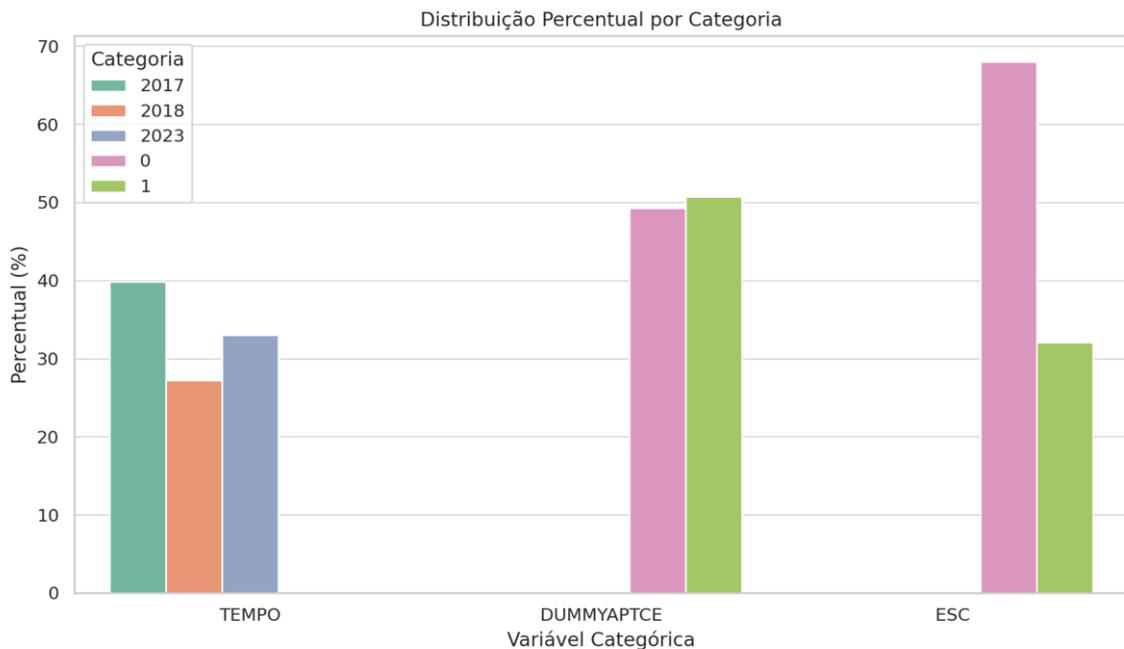


Figura 2: Gráfico de Distribuição Percentual das Categorias

Fonte: Elaboração Própria

O gráfico da figura 2 apresenta a distribuição percentual das categorias de cada variável qualitativa. Observa-se uma distribuição equilibrada para a variável DUMMYAPTCE, com categorias 0 e 1 apresentando proporções próximas. Para ESC, a maioria dos registros está na categoria 0, indicando menor incidência da condição codificada como 1. Em relação ao TEMPO, os dados estão bem distribuídos ao longo dos três anos, com leve predominância de 2017.

De modo geral, as distribuições das variáveis categóricas fornecem informações relevantes para a compreensão do perfil da amostra e sinalizam que, apesar de algumas variáveis apresentarem distribuição assimétrica, os dados são adequados para análises comparativas e modelagens estatísticas subsequentes.

Da mesma forma como na tabela anterior, a tabela 06 demonstra a descrição das variáveis numéricas.

TABELA 06 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS NUMÉRICAS

VARIÁVEL	OBS.	MÉDIA	CV	MÍNIMO	1º QUARTIL (P25)	MEDIANA (P50)	3º QUARTIL (P75)	MÁXIMO
IEGM	103	47,47	0,25	24,05	37,4	49,76	56,9	68,94
IGMGOVER	103	5,01	0,15	2,42	4,61	5,16	5,52	6,57
AVALIACI	103	0,57	0,30	0,25	0,42	0,55	0,74	0,92
RECPRO	103	1,09	0,17	0,64	0,98	1,11	1,21	1,86
TAMSP	103	337,67	0,40	55	244	319,21	438	812,41
IDHM	103	0,57	0,10	0,45	0,53	0,57	0,6	0,74
IDMUN	103	86,62	0,90	30	37	62	91	368
PIBPER	103	11,63	0,56	4,94	7,69	9,7	13,79	45,78
TAMPOP	103	36,12	1,04	4,21	15,82	23,82	38,83	214,54

Fonte: Elaboração Própria

A variável principal do estudo, o IEGM, apresenta uma média de 47,47, com valores variando entre 24,05 e 68,94. A dispersão é moderada ( $CV = 24,7\%$ ), o que indica que, embora existam diferenças entre os municípios, os resultados tendem a se concentrar em torno da média. Os quartis mostram que metade dos municípios analisados têm IEGM entre 37,4 e 56,9, evidenciando certa consistência na efetividade da gestão pública municipal. O IGMGOVER, indicador que reflete aspectos de governança, apresenta média de 5,01 e baixa variabilidade ( $CV = 15,5\%$ ), sugerindo que os municípios possuem níveis relativamente semelhantes nesse quesito.

A variável AVALIACI, que mede aspectos relacionados à avaliação institucional, tem média de 0,57 e variação mais acentuada ( $CV = 29,7\%$ ). A maior parte dos municípios apresenta valores entre 0,42 e 0,74, indicando diferenças perceptíveis no grau de avaliação e acompanhamento das políticas públicas. No que diz respeito à capacidade de arrecadação, a variável recpro apresenta uma média de

1,09 e variação discreta (CV = 16,5%). A maioria dos municípios concentra-se entre 0,98 e 1,21, mostrando certa homogeneidade na arrecadação de recursos próprios.

Já a variável TAMSP, que representa o tamanho do setor público municipal, exibe uma média de 337,67 e variação significativa (CV = 40,2%). Os valores vão de 55 a 812,41, o que revela grandes diferenças estruturais entre os municípios — algumas prefeituras possuem estruturas administrativas bastante enxutas, enquanto outras são muito mais robustas. O IDHM apresenta média de 0,568, com a menor dispersão entre todas as variáveis (CV = 9,9%). Isso indica que, apesar das desigualdades regionais, os municípios da amostra possuem níveis de desenvolvimento relativamente semelhantes.

Em contraste, o IDMUN (provavelmente um identificador institucional ou variável ordinal) apresenta média de 86,62 e alta dispersão (CV = 90,5%), com valores que vão de 30 a 368, sugerindo uma grande heterogeneidade entre os municípios. As variáveis PIB *per capita* e tamanho populacional (TAMPOP) se destacam por apresentarem os maiores níveis de dispersão da amostra (CV = 55,6% e 103,9%, respectivamente). O PIB per capita varia de R\$ 4.940,00 a R\$ 45.780,00, enquanto a população municipal oscila entre 4,2 mil e 214,5 mil habitantes. Esses dados evidenciam a ampla diversidade socioeconômica dos municípios analisados.

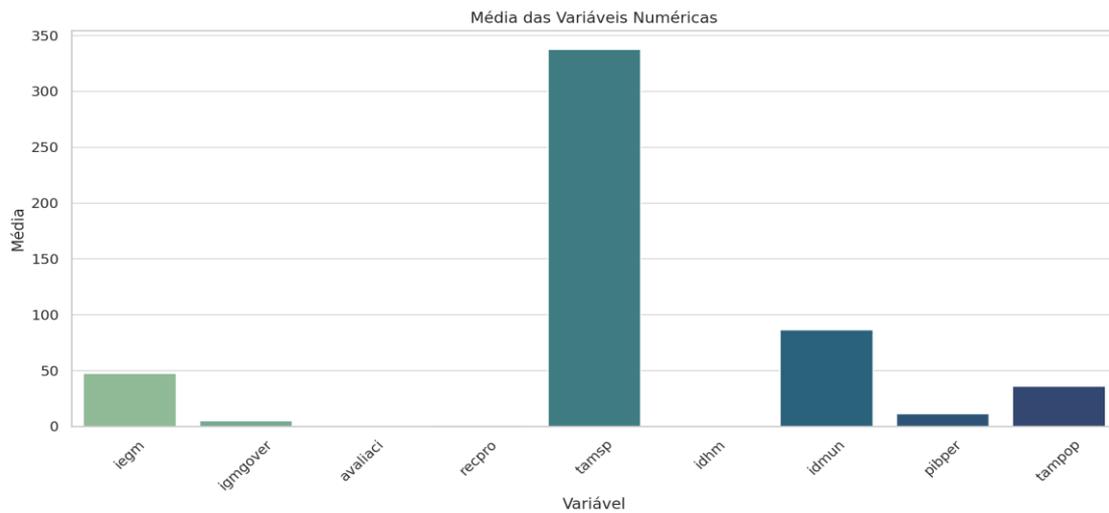


Figura 3: Gráfico de Média das Variáveis

Fonte: Elaboração Própria

O gráfico na figura 3 das médias, permite observar ainda a amplitude entre as variáveis. Destacam-se TAMSP, com média bastante elevada (337,67), e IEGM, com média de 47,47, indicando dispersões importantes entre indicadores de gestão e estrutura municipal. As variáveis como AVALIACI, IDHM e 'RECPRO' possuem médias mais próximas de 1, sugerindo menor escala de variação.

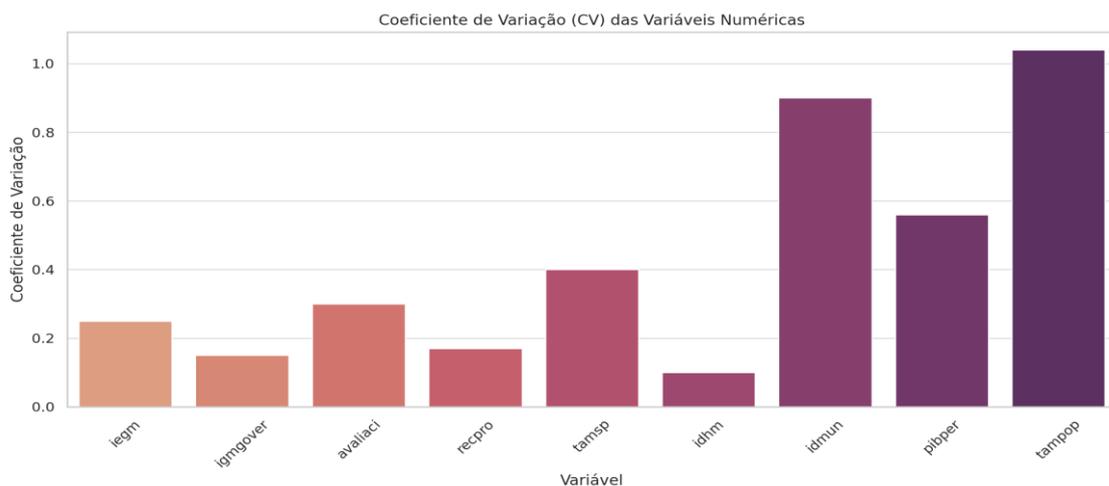


Figura 4: Gráfico do Coeficiente de Variação (CV)

Fonte: Elaboração Própria

Na figura 4 de coeficientes de variação, observa-se que TAMPOP (CV = 1.04), IDMUN (CV = 0.90) e PIBPER (CV = 0.56) apresentam alta variabilidade relativa, o que indica grande dispersão nos dados. Já 'IDHM' (CV = 0.10) mostra consistência entre os municípios, sendo a variável mais homogênea da amostra.

De modo geral, os resultados dessa análise descritiva mostram que, embora algumas variáveis apresentem comportamentos homogêneos, como o IDHM e o IGMGOVER, outras — especialmente PIB per capita, população e estrutura administrativa — demonstram alta heterogeneidade entre os municípios.

## 4.2 TESTE DE VARIÂNCIA E TESTE DE MÉDIA

Foram realizados os testes variância e o teste de média da variável explicativa da pesquisa, *DUMMYAPTCE* (*Dummy* Aprovação TCE), utilizando os resultados das comparações do t - testes das médias, para dar suporte ao uso do estimador diff-in-diff. As Tabela 07 e 08 exibem as estimativas realizados acerca das variáveis de interesse.

**TABELA 07 - TESTE DE VARIÂNCIA VARIÁVEL - DUMMYAPTCE**

Grupos	Obs	Média	Desvio Padrão.	[Intervalo de confiança 95%]		P - Valor
0	35	53,5	1,25	50,96	56,04	
1	35	54,5	1,28	51,90	57,12	<b>0,560*</b>
Combinado	70	54,0	0,89	52,23	55,79	

Fonte: Elaboração Própria

A tabela do teste de variância que a variável **DUMMYAPTCE**, no teste bicaudal (igual contra diferente), apresentou valor - p de 0,560 maior que 0,050, ou seja, rejeita-se  $H_0$  e assim não há evidência de que as variâncias sejam diferentes.

**TABELA 08 - TESTE DE MÉDIA VARIÁVEL - DUMMYAPTCE**

Grupos	Obs	Média	Desvio Padrão	[Intervalo de confiança 95%]		P - Valor
0	35	53,5	1,25	50,96	56,04	
1	35	54,51	1,28	51,90	57,12	
Combinado	70	54,09	0,89	52,23	55,79	<b>0,711*</b>
<i>diff</i>		(-) 1,0	1,79	(-) 4,58	5,332	

Fonte: Elaboração Própria

É observado na tabela do teste de média que a variável **DUMMYAPTCE**, no teste bicaudal (igual contra diferente), apresentou valor - p de 0,711 maior que 0,050, ou seja, rejeita-se  $H_0$  e assim não há evidência de que as médias sejam diferentes.

#### 4.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO PEARSON

A correlação de Pearson mensura como duas coisas estão relacionadas, de forma linear. O valor pode variar de -1 a 1, em que 1 significa uma relação positiva perfeita, -1 significa uma relação negativa perfeita e 0 significa que não há relação linear (Cohen et al., 2013).

A tabela 11 mostra como as informações estudadas estão correlacionadas, mostrando se elas seguem na mesma direção quando mudam (sinal positivo) ou em direções opostas (sinal negativo):

TABELA 09 - CORRELAÇÃO PEARSON COM SIGNIFICÂNCIA

	IEGM	IGMGOVER	AVALIACI	DUMMY APTCE	RECPRO	TAMSP	IDHM	IDMUN	ESC	PIBPER	TAMPOP	TEMPO
<b>IEGM</b>	1,00											
<b>IGMGOVER</b>	0,02	1,00										
<b>AVALIACI</b>	<b>0,56*</b>	0,03	1,00									
<b>DUMMYAPTCE</b>	0,04	-0,07	0,04	1,00								
<b>RECPRO</b>	<b>0,15*</b>	-0,05	<b>0,46*</b>	0,03	1,00							
<b>TAMSP</b>	<b>-0,24*</b>	0,00	<b>-0,53*</b>	<b>-0,18*</b>	<b>-0,49*</b>	1,00						
<b>IDHM</b>	<b>0,47*</b>	0,05	<b>0,30*</b>	0,08	0,08	<b>-0,50*</b>	1,00					
<b>IDMUN</b>	0,09	0,07	<b>0,19*</b>	0,04	0,00	<b>-0,32*</b>	<b>0,39*</b>	1,00				
<b>ESC</b>	0,05	<b>0,14*</b>	0,05	<b>-0,10*</b>	<b>-0,17*</b>	0,00	<b>0,12*</b>	<b>0,15*</b>	1,00			
<b>PIBPER</b>	<b>0,23*</b>	-0,04	<b>0,21*</b>	-0,06	0,06	<b>-0,32*</b>	<b>0,45*</b>	<b>0,25*</b>	0,01	1,00		
<b>TAMPOP</b>	<b>0,42*</b>	<b>-0,10*</b>	<b>0,38*</b>	0,01	0,07	<b>-0,49*</b>	<b>0,64*</b>	<b>0,73*</b>	0,12	<b>0,47*</b>	1,00	
<b>TEMPO</b>	<b>0,27*</b>	0,02	<b>0,70*</b>	<b>0,11*</b>	<b>0,64*</b>	<b>-0,59*</b>	0,05	-0,02	-0,02	0,08	<b>0,10*</b>	1,00

Nota: Nota: Correlação de Pearson, Valores -p em negrito significam uma diferença significativa. Os valores -p com significância de correlação estão marcados com asterisco.

Fonte: Elaboração Própria

A matriz de correlação apresentada permite observar as associações entre a variável dependente (IEGM) e os demais indicadores, assim como possíveis colinearidades entre variáveis independentes. A variável AVALIACI, que representa a avaliação institucional, foi a que apresentou a maior correlação positiva com o IEGM ( $r = 0,5644$ ), sugerindo uma associação linear forte e significativa. Esse resultado é coerente com a expectativa teórica de que melhores práticas de avaliação e acompanhamento impactam positivamente a efetividade da gestão pública municipal.

O IDHM também apresentou uma correlação positiva moderada com o IEGM ( $r = 0,4687$ ), indicando que municípios com melhores condições de desenvolvimento humano tendem a ter maior efetividade na gestão. A população municipal (tampop) também mostrou correlação moderada ( $r = 0,4157$ ), sinalizando que municípios mais populosos podem dispor de maior estrutura institucional, recursos humanos e capacidade de execução de políticas públicas.

Outras variáveis que mostraram correlação positiva, embora mais fraca, com o IEGM foram: PIBPER ( $r = 0,2277$ ), tempo ( $r = 0,2734$ ) e RECPRO ( $r = 0,1497$ ). Essas correlações indicam possíveis tendências que justificam sua inclusão nos modelos econométricos subsequentes.

Por outro lado, a variável TAMSP (tamanho do setor público) apresentou correlação negativa com o IEGM ( $r = -0,2422$ ), o que pode sugerir que estruturas administrativas maiores não estão necessariamente associadas a maior efetividade.

Quanto às inter-relações entre as variáveis independentes, destaca-se que TAMPOP e IDMUN ( $r = 0,7285$ ), TAMPOP e IDHM ( $r = 0,6414$ ), e TEMPO e AVALIACI ( $r = 0,7007$ ) apresentaram correlações elevadas. De forma geral, os resultados da

matriz de correlação mostram que AVALIACI, IDHM E TAMPOP são os principais preditores do IEGM, ao passo que TAMSP pode exercer influência negativa.

#### 4.4 REGRESSÃO LINEAR EM PAINEL AGRUPADO (POOLED REGRESSION) E RESULTADOS DO MODELO EMPÍRICO

A regressão linear em painel agrupado (Pooled) foi adotada como método analítico nesta pesquisa com o intuito de avaliar os determinantes da efetividade da gestão pública municipal amazonense, mensurada pelo IEGM. Esse modelo permitiu observar os efeitos médios das variáveis explicativas ao longo do tempo e entre os municípios, com base na suposição de homogeneidade estrutural entre as unidades da amostra.

##### 4.4.1 Análise Multivariada das Variáveis

A análise multivariada examina mais de duas variáveis de forma conjunta para identificar padrões, relações e estruturas subjacentes nos dados que diferente da análise univariada, ela permite explorar interações e dependências entre várias dimensões (Hair, 2019). A Tabela 10 apresenta as projeções do modelo de Regressão Linear em painel agrupado (Pooled Regression), com o teste realizado.

**TABELA 10 – FATORES QUE INFLUÊNCIAM O IEGM**

---


$$\begin{aligned}
 IEGM = & \beta_0 + \beta_1.IGMGOVER + \beta_2.AVALIACI + \beta_3.DUMMYAPTCE + \beta_4.RECPRO \\
 & + \beta_5.TAMSP + \beta_6.IDHM + \beta_7.IDMUN + \beta_8.ESC + \beta_9.PIBPER \\
 & + \beta_{10}.TAMPOP
 \end{aligned}$$

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	T	IC 95% INFERIOR	IC 95% SUPERIOR	Valor - P
IGMGOVER	-2,35	1,35	1,74	-5,02	0,32	<b>0,08*</b>
AVALIACI	22,53	6,68	3,37	9,26	35,80	<b>0,00**</b>
DUMMYAPTCE	0,59	1,7	0,34	-2,94	4,13	0,74
RECPRO	-17,89	6,19	2,89	-30,19	-5,59	<b>0,01**</b>
TAMSP	-0,02	0,01	1,48	-0,04	0,01	0,14
IDHM	39,08	25,07	1,56	-10,71	88,87	0,12
IDMUN	-0,04	0,02	1,83	-0,07	0,00	<b>0,07*</b>
ESC	0,37	2,19	0,17	-3,97	4,71	0,87
PIBPER	-0,47	0,19	2,47	-0,85	-0,09	<b>0,02**</b>
TAMPOP	0,08	0,05	1,45	-0,03	0,18	0,15
Intercepto $\beta_0$	54,45	18,05	3,02	18,60	90,29	<b>0,00**</b>
OBS.				<b>103</b>		
R2 Ajustado				<b>35,65%</b>		
Teste F				<b>5,72</b>		
VIF				<b>1,92</b>		

Nota: Valores -p em negrito demonstram uma significância estatística de até 5% com dois asteriscos e de até 10% com um asterisco.

Fonte: Elaboração Própria.

Os dados foram analisados com base no modelo de regressão linear em painel agrupado (Pooled), cuja escolha demonstrou-se adequada à finalidade proposta neste estudo. Esse modelo permitiu estimar, de forma clara e objetiva, os efeitos médios das variáveis explicativas sobre o IEGM, a partir de uma estrutura analítica que considera a homogeneidade dos entes observados em relação ao fenômeno em estudo.

A aplicação do Pooled resultou em achados estatisticamente relevantes e teoricamente coerentes, contribuindo significativamente para a compreensão dos fatores institucionais, econômicos e estruturais que influenciam a qualidade da gestão pública no âmbito municipal.

O desempenho do modelo demonstrou-se satisfatório. O teste F apresentou valor de 5,72, enquanto o coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$  ajustado) foi de 35,65%, indicando que as variáveis incluídas no modelo explicam uma parte

substancial da variação observada no IEGM. Por fim, o termo constante do modelo foi altamente significativo (54,45;  $p < 0,01$ ), representando o valor médio do IEGM nos municípios, quando controladas as demais variáveis. Os coeficientes estimados permitem identificar o impacto específico de cada fator analisado, respeitando os pressupostos do método adotado.

Ainda como análise adicional das variáveis, as figuras a seguir demonstram informações relevantes sobre o modelo estudado.

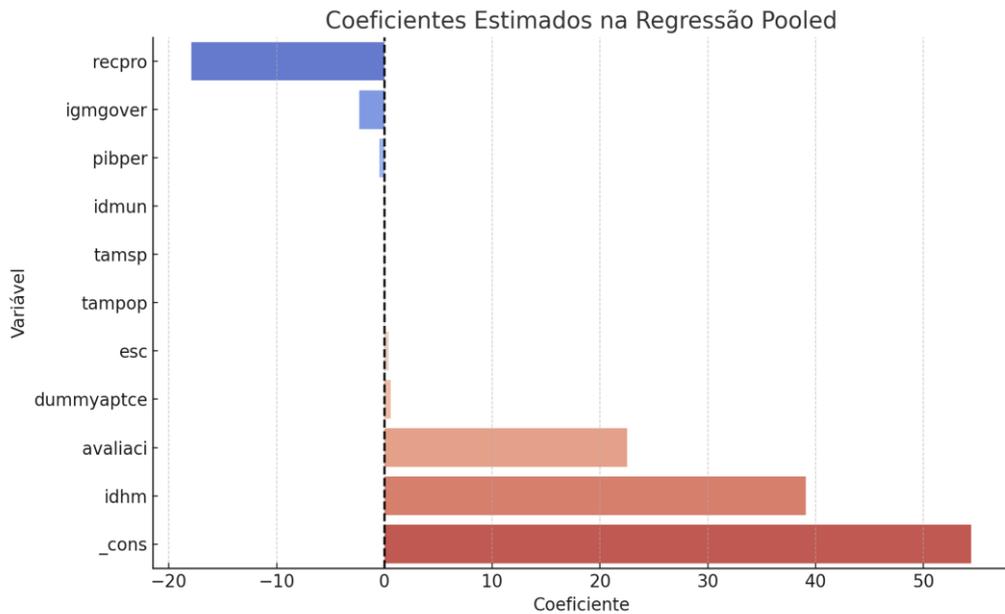


Figura 5: Gráfico do Coeficientes Estimados  
Fonte: Elaboração Própria

A figura 5 acima ilustra os coeficientes estimados para cada variável do modelo. Valores positivos indicam uma relação direta com o IEGM, enquanto os negativos sugerem efeito inverso. As variáveis AVALIACI, RECPRO e PIBPER destacam-se pela significância estatística e magnitude dos efeitos.

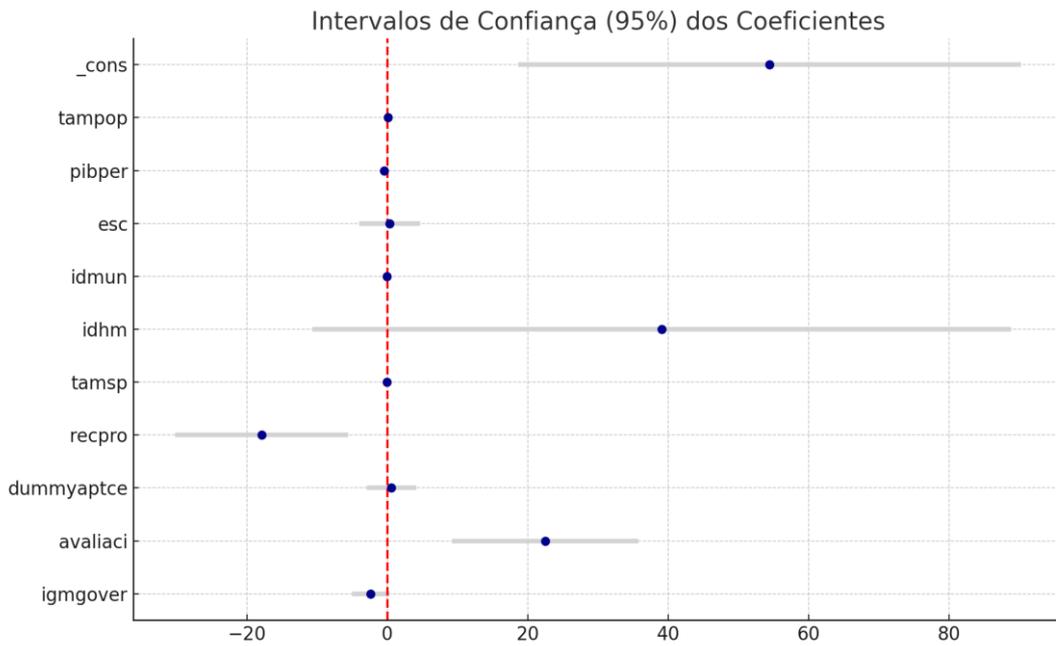


Figura 6: Gráfico dos Intervalos de Confiança (95%)  
Fonte: Elaboração Própria

A figura 6 apresenta os intervalos de confiança de 95% para os coeficientes estimados. Intervalos que não cruzam o zero indicam significância estatística ao nível de 5%. As variáveis AVALIACI e RECPRO demonstram intervalos consistentes e efeito estatisticamente robusto.

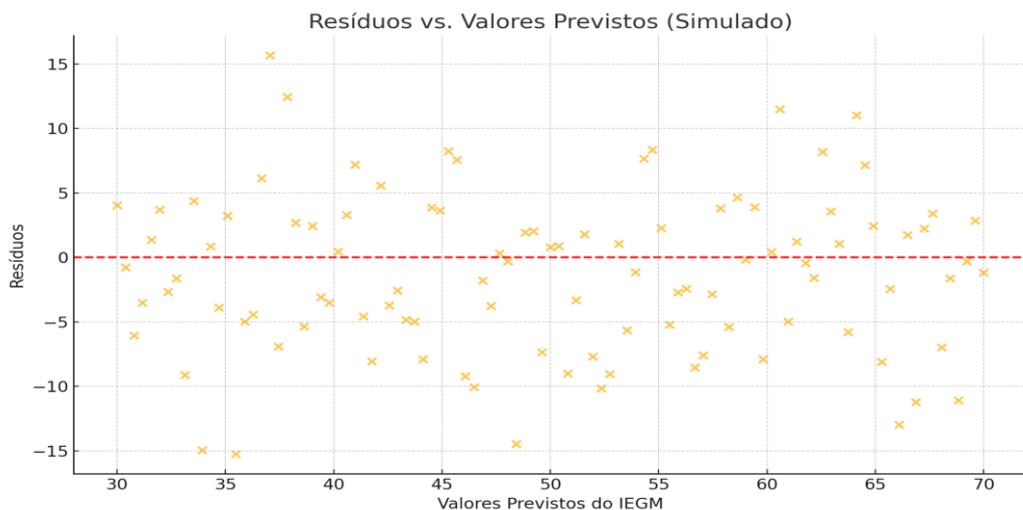


Figura 7: Gráfico dos Resíduos Vs. Valores Previstos  
Fonte: Elaboração Própria

A análise gráfica da figura 7 dos resíduos em relação aos valores previstos mostra distribuição aleatória em torno de zero, sugerindo que o modelo atende aos pressupostos de homoscedasticidade e linearidade, reforçando sua adequação estatística.

#### 4.5 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA

Este estudo teve como objetivo avaliar se a efetividade da gestão dos municípios do Amazonas é influenciada pelas deliberações dos órgãos de controle interno e externo (TCE-AM) sobre as prestações de contas, bem como pela governança dos municípios do Estado do Amazonas.

Em síntese, os resultados obtidos atestam a adequação do modelo de regressão em painel agrupado (Pooled) para os fins desta pesquisa. A metodologia adotada revelou-se eficiente para capturar os efeitos médios das variáveis explicativas sobre a efetividade da gestão municipal, sem a necessidade de pressupor variações estruturais complexas entre os entes. As evidências empíricas obtidas reforçam a centralidade do fortalecimento da gestão, destacando a importância da avaliação institucional, da governança, do planejamento estratégico e da boa aplicação dos recursos como fatores decisivos para o desempenho institucional dos municípios.

Ao analisar as variáveis verificou-se que a variável IGMGOVER, representando o índice de governança municipal, relacionada a H1, que propôs quanto melhor a governança dos municípios amazonenses, maior o IEGM, apresentou coeficiente negativo (-2,35), com significância ao nível de 10%. Esses resultados vão de encontro aos estudos de Rodrigues (2021), Holanda et al. (2022) e Sanches et al. (2023), onde destacaram que a adoção de diretrizes de governança corporativa nas instituições

públicas é essencial para a administração contemporânea, contribuindo para o equilíbrio organizacional, a gestão eficiente dos recursos e o suporte às decisões estratégicas dos gestores.

E apesar do sinal negativo, o resultado reflete a complexidade das estruturas de governança mais consolidadas, cujos efeitos positivos podem se manifestar apenas no longo prazo. Ainda assim, a significância estatística reforça sua importância teórica e prática, especialmente por sua ligação com os pilares da contabilidade pública: planejamento, conformidade e controle interno.

Entre os destaques, a H2 propôs que quanto menor o número de falhas identificadas na avaliação dos controles internos, maiores tendem a ser as notas do IEGM, representada pela variável AVALIACI, associada à existência de mecanismos formais de avaliação institucional, apresentou coeficiente positivo expressivo (22,53) e alta significância estatística ( $p < 0,01$ ). Os resultados vão de encontro com os achados de Ferreira et al. (2021) e Borges (2023) que identificou que a qualidade dos controles internos se relaciona significativamente com o desempenho municipal, mas não comprovou correlação direta com a governança, especialmente nas dimensões de finanças e gestão.

Ainda é possível observar que os resultados sugerem que municípios com sistemas estruturados de avaliação tendem a obter níveis mais elevados de efetividade na gestão pública, o que reforça a importância da contabilidade pública como instrumento de monitoramento, planejamento e prestação de contas.

Na H3 pressupôs-se que a aprovação das prestações de contas dos municípios pelo TCE-AM tende a aumentar os resultados do IEGM. A variável DUMMYAPTCE, não sendo estatisticamente significativa, contraria os estudos de Costa et al. (2023),

Santos et al. (2023), Brito et al. (2023), Costa e Gióia (2024), que demonstraram que foi possível prever os resultados do julgamento das contas que os prefeitos prestam com base nas notas do IEGM, demonstraram que a aprovação das contas tem influência nos resultados.

No entanto, cooperam com os achados de Nóbrega e Araújo (2019), ao analisarem o TCE-PB, concluíram que só cumprem parcialmente seu papel de garantir que os gestores públicos prestem contas, sendo a parte formal cumprida totalmente, mas a parte substancial apenas parcialmente, o que mostra que o Tribunal está mais focado na parte legal do que realmente em garantir transparência e responsabilização dos governantes. Entretanto, mesmo não sendo estatisticamente significativa apresentou coeficiente positivo (0,59), sugerindo que a presença de profissionais técnicos contribui positivamente para a qualidade da gestão pública.

A variável RECPRO, que representa a arrecadação própria dos municípios, exibiu coeficiente negativo (-17,89), com significância ao nível de 5%. Os resultados corroboram com os achados de Malheiros (2018), uma vez que aborda uma interação positiva entre RECPRO e os índices do IEGM

Embora possa sugerir uma contradição, esse resultado indica que a simples elevação da receita própria não é suficiente para assegurar uma gestão mais efetiva. Isso ressalta a necessidade de uma estrutura técnica capaz de transformar recursos disponíveis em políticas públicas eficazes, papel que a contabilidade pública desempenha ao fornecer suporte à eficiência e à responsabilidade fiscal.

De forma semelhante, a variável PIBPER (Produto Interno Bruto per capita) também apresentou coeficiente negativo (-0,47), estatisticamente significativo ( $p < 0,05$ ). Tal achado reforça a ideia de que crescimento econômico por si só não garante

melhorias na gestão pública. A efetividade administrativa está mais fortemente relacionada à qualidade da governança e ao uso estratégico dos recursos do que à sua simples disponibilidade, evidenciando a relevância da contabilidade como aliada à boa governança e ao controle institucional, os quais vão de encontro com os achados de Alves e Lee (2019) que evidenciaram resultados robustos da relação do PIB *Per capita* com o IEGM.

Já a variável IDMUN, que corresponde ao identificador numérico dos municípios, apresentou coeficiente negativo ( $-0,04$ ), também com significância estatística ao nível de 10%. Cooperando fortemente com os achados de Alves e Lee (2019) e de Araújo et al. (2021) que apontaram que a idade do município tem influência na abordagem do IEGM.

Apesar de seu caráter administrativo, esse identificador pode capturar ainda diferenças estruturais, históricas ou geográficas entre os entes federativos, influenciando indiretamente o desempenho da gestão. Sua inclusão no modelo reforça a robustez da análise e garante a representatividade das distintas realidades municipais consideradas.

Embora as demais variáveis não tenham apresentado significância estatística isolada, elas foram mantidas no modelo com base em sua relevância teórica e valor analítico. A variável TAMSP, que representa o tamanho do setor público, teve coeficiente negativo ( $-0,02$ ), sugerindo que o aumento da estrutura administrativa deve vir acompanhado de eficiência operacional para resultar em melhorias efetivas. Corroboraria com os resultados de Malheiros (2018) que concluiu que esses fatores apresentam significância estatística para explicar a relação positiva IEGM.

IDHM, com coeficiente positivo (39,08), aponta que indicadores sociais elevados tendem a estar associados a uma maior capacidade institucional, ainda que sem significância estatística no modelo. Diferentes dos achados de Araújo et al. (2021), que verificaram resultados estatisticamente relevantes positivamente do IDHM, no modelo que propuseram em seus estudos.

Da mesma forma, ESC (escolaridade média) manteve sinal positivo (0,37), compatível com a premissa de que maior qualificação técnica favorece a adoção de práticas gerenciais eficazes, mesmo que o valor -P não se mostrou relevante, no mesmo sentido que os estudos de Araújo et al. (2021) e Soares dos Santos et al. (2023), que também não encontraram resultados consistentes. Mesmo não apresentado valor -P relevante, TAMPOP (tamanho populacional) apresentou coeficiente positivo (0,08), indicando que municípios com maior população podem ter melhores condições de articulação institucional e de captação de recursos. Diferentes dos estudos de Speeden e Perez (2020) que quanto maior o tamanho dos municípios, menor era a qualidade do planejamento.

Assim, em avaliação geral dos resultados obtidos, a tabela abaixo traz relação das hipóteses apresentadas neste estudo, no resumo da tabela 11:

**TABELA 11 - RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS DAS HIPÓTESES**

<b>Variáveis</b>	<b>Hipóteses</b>	<b>Conclusão</b>
H1	Quanto melhor a governança dos municípios amazonenses, maior o IEGM dos municípios do Amazonas.	Hipótese 1 foi aceita.
H2	Quanto menor o número de falhas identificadas na avaliação dos controles internos, maiores tendem a ser as notas do IEGM dos municípios do Amazonas.	Hipótese 2 foi aceita.
H3	As deliberações sobre a aprovação das prestações de contas das contas de governo do Chefe do Poder Executivo pelo TCE-AM tendem a aumentar os resultados do IEGM dos municípios do Amazonas.	Hipótese 3 foi rejeitada.

Fonte: Elaboração Própria

## Capítulo 5

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi avaliar se a efetividade da gestão dos municípios do Amazonas é influenciada pelas deliberações dos órgãos de controle interno e externo (TCE-AM) sobre as prestações de contas, bem como pela governança dos municípios do Estado do Amazonas. Além de ampliar a abordagem sobre o estudo acerca de indicadores de desempenho, bem como trazer novas contribuições ao tema proposto. O IEGM tem se demonstrado uma das formas de avaliar como a cidade está organizada, pois classifica o desempenho do município e é importante para entender como a gestão está funcionando e sua efetividade.

O IEGM tem se tornado um indicador de desempenho importante para os entes públicos e para os Tribunais de Contas, como exemplo o TCE/SP que estipulou que as informações do IEGM são obrigatórias na prestação de contas anual (TCE/SP, 2016). Nesse texto, é discutida a eficiência e efetividade da gestão municipal no estado do Amazonas e os resultados são confiáveis, apesar de serem declarados pelo poder executivo dos municípios amazonenses, sendo que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados.

O estudo ajudou a entender melhor como analisar o comportamento dos municípios amazonenses, principalmente em relação à eficiência e efetividade da gestão municipal. Também foi possível descobrir informações importantes que podem ajudar os gestores públicos a tomar decisões que tornem as políticas públicas mais efetivas. No entanto, a pesquisa tem algumas limitações.

Importante saber, que os dados sobre finanças coletados do site da Secretaria do Tesouro Nacional podem não ter precisão absoluta, pois podem ser diferentes se procurarmos em outro lugar, como no site da própria prefeitura, por exemplo, assim como os dados encontrados no IBGE, IPEA, no CFA.

A divulgação das informações pelos municípios amazonenses acerca do IEGM Geral, foi fator relevante para limitar a quantidade das observações, bem como o acesso a uma série mais longa sobre as contas públicas municipais. Uma restrição do estudo é que algumas informações podem estar um pouco atrasadas. Mas foi decidido incluí-las porque são as mais recentes que podemos ter no momento da pesquisa.

Os resultados demonstram que a governança tem influência no aumento ou diminuição do IEGM, assim como demonstrou que cidades que tem o Sistema de Controles Internos melhores, tendem a ter indicadores do IEGM maiores, tendo mais chances de ter uma administração pública eficiente. Isso porque esses gestores conseguem lidar melhor com os problemas de informações desiguais e conflito de interesses. Assim, o interesse da população em ter políticas públicas que tragam benefícios sociais é o principal objetivo do gestor.

A pesquisa amplia o debate teórico sobre os controles internos, trazendo uma abordagem inovadora em relação aos estudos tradicionais. Ao apresentar evidências empíricas fundamentadas nas falhas observadas nas prestações de contas governamentais. O trabalho oferece ainda subsídios importantes para o aperfeiçoamento dos sistemas de controle interno, contribuindo para estabelecer a transparência e a eficiência da gestão pública no futuro.

Sobre à eficácia das políticas públicas, sugere-se a elaboração de estratégias que comparem as gestões municipais do Amazonas, visando o aprimoramento contínuo da administração pública pelos respectivos Executivos. Dessa forma, a partir

dessa análise, esta pesquisa poderá servir como referência para estudos relacionados ao assunto em outros estados e municípios no Brasil.

Em termos de sugestão de pesquisa, poderiam ser explorados aspectos de relativos à avaliação do IEGM com outros indicadores que não foram contemplados nesta pesquisa, assim como outros aspectos que podem influenciar no indicador no estado do Amazonas ou na Região Norte, levando em consideração que é uma região com distintas especificidades, tendo diferentes abordagens, sejam políticas ou logísticas. Além disso, sugere-se a continuidade dos estudos de variáveis que não foram significativas até então, como Aprovação ou nas das Prestações de Contas, novas deliberações e novos tópicos abordados pelo TCE-AM, por meio de coleta de novas observações sobre o tema ao longo dos futuros exercícios financeiros e de exercícios não contemplados neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- Afonso, A., Romero, A., & Monsalve, E. (2013). *Public sector efficiency: evidence for Latin America*. Inter-American Development Bank, Fiscal and Municipal Management Division. Discussion Paper IDB-DP-279. IDB, Washington. Working Paper, n.20, p. 1-41. SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2365007> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2365007>
- Alford, J., & Yates, S. (2016). Co-Production of public services in Australia: The roles of government organisations and Co-Producers. *Australian Journal of Public Administration*, 75(2), 159-175. <https://doi.org/10.1111/1467-8500.12157>
- Afriyie, S. O., Kong, Y., Danso, P. O., Ibn Musah, A. A., & Akomeah, M. O. (2019). Do corporate governance mechanisms and internal control systems matter in reducing mortality rates? *The International journal of health planning and management*, 34(2), 744-760. <https://doi.org/10.1002/hpm.2732>
- Agranoff, R., & McGuire, M. (2003). *Collaborative Public Management: New Strategies for Local Governments*. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- Aguiar, M. C., Teixeira, A., & Beiruth, A. X. (2020). *Saúde e educação: investimentos e efetividade municipal*. *Revista Pensamento Contemporâneo Em Administração*, 14(2), 87–110. <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i2.39827>
- Aguiar, M. C. (2019). *O impacto dos investimentos em saúde e educação no índice de efetividade da gestão municipal – IEGM dos municípios do Espírito Santo*. 2019. 64f. [Dissertação de Mestrado, em Administração de Empresas – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino]. Repositório de Produção Científica. <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>
- Agresti, A. (2002). *Categorical data analysis*. New York: Wiley.
- Albuquerque, A. J. L., Salem, I., Moura, R. N., Martins, H. F., & Porto, G. (2017, junho 5,6 -7). *Índice CFA de Governança Municipal*. [Artigo apresentado]. X Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, DF, Brasil. <https://www.consad.org.br/documentos?filter=true&s=CFA>
- Alonso, J. M., Clifton, J., & Díaz-Fuentes, D. (2015). The impact of new public management on efficiency: an analysis of Madrid's hospitals. *Health Policy*, 119, 333-334. <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2014.12.001>

- Alves, B. A. F. I., & Lee, S. F. (2019). Gestão pública: uma análise dos municípios cearenses quanto ao índice de efetividade da gestão municipal (IEGM). *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*. <https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/05/efetividade-gestao-municipal.html>.
- Anderson, D. J., & Eubanks, G. (2015). *Leveraging COSO Across the Three Lines of Defense*. [S.l.], 2015. [https://www.iiaru.ru/upload/documents/professional\\_practice/position\\_papers/COSO-2015-3LOD-PDF.PDF](https://www.iiaru.ru/upload/documents/professional_practice/position_papers/COSO-2015-3LOD-PDF.PDF)
- Andrade, A. F. (2020). *Controle interno*. Curitiba: Contentus
- Andrews, R., Boyne, G. A., & Walker, R. M. (2011). Dimensions of Public Sector Organizational Performance: A Review of the Evidence. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 21(3), 267-282. <https://doi.org/10.1093/jopart/mur026>
- Andrett, M., Lunkes, R. J., Rosa, F. S. da., & Brizolla, M. M. B. (2018). Eficiência dos Gastos Públicos em Saúde no Brasil: Estudo Sobre o Desempenho de Estados Brasileiros. *Revista De Gestão Em Sistemas De Saúde*, 7(2), 114–128. <https://doi.org/10.5585/rgss.v7i2.12799>
- Antón, M. P. S. (2020). Internal control of public administrations. Its role in prevention and the fight against the corruption of the public powers. *Revista Catalana de Dret Public*, 2020(60), 87–101. <https://doi.org/10.2436/rcdp.i60.2020.3412>
- Araújo, L. C. de., Bezerra Filho, J. E., Teixeira, A., & Motoki, F. (2021). Gestões Municipais no Brasil: um estudo a partir do Índice de Efetividade das Gestões Municipais - IEGM. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 20, e3137. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-7662202131371>
- Azambuja, P. A., Teixeira, A., & Nossa, S. N. (2018). Aprovação de contas municipais com irregularidades gravíssimas: quando a auditoria técnica não é suficiente. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 12, e149212. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.149212>
- Azevedo, R. (2013). Uma análise dos índices da lei de responsabilidade fiscal nos municípios paulistas após a implantação do Projeto Audesp. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. Salvador, 3(2), 39-60. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v3i2>
- Baum, C. F. (2006). *An introduction to modern econometrics using stata*. Stata Press.
- Barzelay, M., & Thompson, F. (2010). Back to the Future: Making Public Administration a Design Science. *Public Administration Review*, 79(4), 511-515. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2010.02290.x>
- Benedek, M., Szenténé, K. T., & Béres, D. (2014). Internal controls in local governments. *Public Finance Quarterly*, 59(3), 296. <https://www.proquest.com/openview/c8b329987c86c2e9b043559a6b3e9479/1?p-q-origsite=gscholar&cbl=2046130.IL>

- Bertú Moura, N., & Ferreira Jr, S. (2023). Índice de Efetividade da Gestão Municipal utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e sua Relação com a Qualidade do Ensino Público Fundamental. *Revista Economia e Políticas Públicas*, 10(2), 133–168. <https://doi.org/10.46551/epp2021946>
- Bispo, J. de S., Souza, G. J. D., & Ferreira, J. R. (2022). Effects of Public Governance on Economic Development of the Municipalities of the Metropolitan Region of Salvador. *International Journal for Innovation Education and Research*, 10(1), 145-162. <https://doi.org/10.31686/ijer.vol10.iss1.3600>
- Borges, F. M. D. (2023). *Qualidade dos Controles Internos e seus Impactos nos Municípios do Estado do Espírito Santo*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A]. Repositório de Produção Científica <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>
- Borges, F. Q., Borges, F. Q., Lisbôa, E. G., Pena, H. W. A., Amaral, M. G. R. do., Monte, E. D., Silva, J. M. P. da., & Borges, S. V. (2023). Capacidade de gestão pública e desenvolvimento municipal na região norte do Brasil: uma análise multivariada e espacial de indicadores. *Revista De Gestão E Secretariado*, 14(4), 4952–4972. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.1961>
- Boin, A., 't Hart, P. (2012). Aligning Executive Action in Times of Adversity: The Politics of Crisis Co-Ordination. In: Lodge, M., Wegrich, K. (eds) *Executive Politics in Times of Crisis*. (pp. 179-196). The Executive Politics and Governance series. Palgrave Macmillan, London. [https://doi.org/10.1057/9781137010261\\_10](https://doi.org/10.1057/9781137010261_10)
- Bovens, M. A. P., Goodin, R. E., & Schillemans, T. (Eds.). (2014). *The Oxford handbook public accountability*. Oxford handbooks.
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Casa Civil. Diário Oficial da União, Seção 1, de 05/11/1988, 1. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html).
- Brito, B. S., & Santana Neto, H. G. de. (2023). O ACESSO À JUSTIÇA NO AMAZONAS E SUA DISTRIBUIÇÃO NAS COMUNIDADES DOS INTERIORES. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(9), 4421–4432. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11436>
- Brasil, M. M., Lima, O. P. de., Correia Filho, W. L., Maduro, M. R., & Simões, A. V. (2024). Gestão por processos: análise dos processos de aquisição de passagens e concessão de diárias aos servidores da defensoria pública do estado do Amazonas. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 17(1), 5355–5374. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-319>
- Brocco, C., Grando, T., Martins, V. de Q., Brunozi Jr, A. C., & Corrêa, S. (2018). Transparência Da Gestão Pública Municipal: Fatores Explicativos Do Nível De Transparência Dos Municípios De Médio E Grande Porte Do Rio Grande Do Sul. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte*

- ISSN 2176-9036, 10(1), 139–159. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n1ID12040>

- Carneiro Jr, E. da S., & Oliveira, J. R. S. (2012). Falhas de controle interno nas contas municipais da microrregião de Feira de Santana apontadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (2005/2009). *12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. 1–16. São Paulo: FEA/USP. <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos122012/573.pdf>
- Castro, S. H. R. de., & Carvalho, M. G. De. (2017, Marzo 21-24). *Indicador de efetividade da gestão municipal: Contribuição dos tribunais de contas para a melhoria da gestão pública*. In CICIC 2017 - Septima Conferencia Iberoamericana de Complejidad, Informatica y Cibernetica, Memorias, Orlando, Florida, EE.UU. <https://www.iiis.org/CDs2017/CD2017Spring/bookC1.htm>.
- Cabral, B. D., Mafra, R. Z., & Lasmar, D. J. (2023). DIRETRIZES NORMATIVAS À BIOECONOMIA NO ESTADO DO AMAZONAS. *Revista Contemporânea*, 3(07), 8286–8307. <https://doi.org/10.56083/rcv3n7-049>
- Castro, D. P. (2011). *Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público*. 4ª Edição. Editora Atlas.
- Castro, D. P. de. (2013). *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público*. (5ª ed.). Ed. Atlas.
- Castro, R. P. A. (2014). *Sistema de Controle Interno*. (3ª Edição). Editora Fórum.
- Castro, D. P. (2015). *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público*. (6. ed.) Atlas.
- Capovilla, R. A., Gonçalves, R. D. S., & Oliveira, A. B. S. (2018). Modelo de Maturidade como Instrumento de Avaliação de Controle Interno em Organizações Governamentais. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(2), 267-289. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36877>
- Cardin, S. A., Guimarães, F., Barbosa, M. V., Monteiro, A. D. S., & Lopes, P. D. L. (2017, outubro 28, 29 -30). *Controle Interno na Administração Pública como ferramenta para economicidade de processos*. XII SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, Rio de Janeiro, Brasil. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/35622398.pdf>
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2021). *Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2021: Panorama dos municípios de Bahia e principais desafios*. Firjan. <https://www.firjan.com.br/data/files/7D/D1/57/B0/9BE9C7109125A9C7A8A809C2/IFGF%202021%20-%20Análise%20Especial%20-%20BA.pdf>.
- Controladoria-Geral da União (2007). *Manual de Controle Interno: um guia para a implementação e operacionalização de unidades de controle interno governamentais*. <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/64815>
- Chaves, R. S. (2011). *Auditoria e Controladoria no Setor Público*. 2ª Edição. Juruá Editora.
- Cunha, M. C. D. (2019). *Uma análise Sobre a Accountability dos Pareceres Prévios do Tribunal de Contas de Municípios com Maiores PIB (s) do estado de São*

- Paulo. [Dissertação Mestrado, em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar (<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11631>)
- Cunha, P. R., Silva, A., & Rohenkohl, L. B. (2020). Internal Control Deficiencies and Conservative and Opportunist Accounting Choices. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 22 (3), 368-385. <https://revistacgg.org/contabil/article/view/2014>
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2013). Internal control—Integrated framework: Executive summary. Retrieved from <https://www.coso.org/>
- Costa, C. C. de M., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2015). Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1319–1347. <https://bit.ly/2HxFYvG>
- Costa, O. A., & Gióia, H. R. (2024). Classification of provisional opinions through the Municipal Management Effectiveness Index. *Revista do TCU*, 153, 288-317. <https://doi.org/10.69518/rtcu.153.288-317>
- Costa Neto, J. A., Lima, C.R. P., & Alves Diniz, J. (2023). Análise da Efetividade da Gestão Municipal na Regularidade das Contas Públicas. *ConTexto - Contabilidade Em Texto*, 23(54), 43–58. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/128409>
- Costa, O. M. de C., Souza, K. M. de A., Carvalho, E. M.de., & Siena, O. (2020). Análise do índice de efetividade de gestão municipal (iegm) dos municípios do estado de Rondônia no período de 2015-2016. *Revista de Administração de Roraima-RARR*, 10. Doi:10.18227/2237-8057rarr.v10i0.5717
- Conselho Federal de Administração. (2020). Roteiro de Atualização da Base de Dados do IGM-CFA. Brasília, DF. [https://igm.cfa.org.br/igm/guia\\_atualizacao\\_dados.pdf](https://igm.cfa.org.br/igm/guia_atualizacao_dados.pdf)
- Conselho Federal de Administração. (2021). Metodologia. <https://igm.cfa.org.br/metodologia>
- Conselho Federal de Administração. (2024). Roteiro de Atualização da Base de Dados do IGM-CFA. Brasília, DF. [https://igm.cfa.org.br/igm/guia\\_atualizacao\\_dados.pdf](https://igm.cfa.org.br/igm/guia_atualizacao_dados.pdf)
- Cohen, J., Cohen, P., West, S. G., & Aiken, L. S. (2013). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences*. Routledge.
- Cruz, J. P., Oliveira, L. M. M. de., Santos, K. V. P. dos., Reis, F. A. da S., & Macedo, L. R. (2024). Indicadores de qualidade na gestão municipal: um estudo exploratório a partir de índice CFA de governança municipal da microrregião litoral sul. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(13), e6784-e6784. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n13-037>

- Dávila, K. S. (2021). As Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amazonas. *Revista Brasileira Da Educação Profissional e Tecnológica*, 2(21), e11392. <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.11392>
- Debnath, R.M., Shankar, R. (2014). Does Good Governance Enhance Happiness: A Cross Nation Study. *Soc Indic Res* **116**, 235–253. <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0275-1>
- Demarco, D. J. (2021). *Índices de gestão como instrumentos de avaliação e suporte técnico à administração municipal*. In. E. J. Grin, D. J. Demarco & F. L. Abrucio, *Capacidades Estatais Municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*. (pp. 573-620). Editora da UFRGS/CEGOV. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/239686/001134541.pdf?sequence=1>
- Domiciano, J. F. (2017). *A consequência dos pareceres do controle interno na apreciação das contas de governo: uma análise das prestações de contas anuais dos municípios rondonienses*. [Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças]. Repositório de Produção Científica. [https://fucape.br/?jet\\_download=27933](https://fucape.br/?jet_download=27933)
- Fávero, L., Belfiore, P., Takamatsu, R., & Suzart, J. (2014). *Métodos quantitativos com Stata*. Elsevier.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil. Elsevier.
- Fernandes, C. de S., Souza Jr, A. A. de, & Moraes, A. F. de M. (2020). Estilos de Liderança no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 6(3), 57–77. <https://doi.org/10.20401/rasi.6.3.450>
- Ferrari, A., Witschel, H. F., Spagnolo, G. O., & Gnesi, S. (2018). Improving the quality of business process descriptions of public administrations: resources and research challenges. *Business Process Management Journal*, 24(1), 49-66. <http://dx.doi.org/10.1108/bpmj-05-2016-0096>.
- Ferreira, A. C., & Barros, A. T. V. (2021). Panorama dos gastos públicos municipais com os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: Uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). *Engenharia Sanitaria e Ambiental*, 26(4), 659-668. <https://doi.org/10.1590/S1413-415220200022>
- Ferreira, G. J. B. de. C., dos Santos, J. G. C. dos., & Vasconcelos, A. C. De. (2021). Avaliação do controle interno e tamanho dos órgãos sob jurisdição do Tribunal de Contas do Ceará (TCE/CE). *Administração Pública e gestão social*. 13(2). <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i2.9533>
- Frederickson, H. G., Smith, K. B., Larimer, C., & Licari, M. J. (2018). *The public administration theory primer*. Routledge.
- Freund, J. E., & Perles, B. M. (2010). *Statistics: A First Course. United State of American*. Pearson.

- Finck, R. (2021). *Gestão fiscal municipal: análise de municípios gaúchos por meio do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Curso de Especialização Administração Pública no Século 21]. Repositório Digital Lume UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/246257>
- Freire, I. G. P. (2023). A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PÚBLICA: NO BRASIL E NOS MUNICÍPIOS. *REVISTA FOCO*, 16(9), e2851. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n9-123>
- Fukuyama, F. (2013). What is Governance? *Governance* 26 (3) 347-368. <https://doi.org/10.1111/gove.12035>
- Gattringer, J. L. (2016). *O Controle Interno na Administração Pública: Um estudo nos municípios catarinenses*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí-SC] <https://siaibib01.univali.br/pdf/Jo%C3%A3o%20Luiz%20Gattringer.pdf>
- Geys, B., Heinemann, F., & Kalb, A. (2010). Voter involvement, fiscal autonomy and public sector efficiency: evidence from German municipalities. *European journal of political economy*, 26(2), 265-278, <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2009.11.002>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2019). *Multivariate Data Analysis*. Cengage.
- Hausman, J. A. (1978). Specification Tests in Econometrics. *Econometrica*, 46(6), 1251–1271.
- Hatry, H. P. (2006). *Performance Measurement: Getting Results*. The Urban Institute Press.
- Hayashi, R. L., Silva, L. L. do C. da., Roberto, J. C. A., Serra, M. R. da. C., & Lopes, N. F. (2021). Influência dos custos de importação no resultado de uma empresa da zona franca de Manaus: estudo de caso na empresa x. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento*, 70–99. <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/custos-de-importacao>
- Holanda, M. M. B. de., Lima, A. O., Santos, R. C. dos, & Sousa, A. M. R... (2022). O Índice De Efetividade da Gestão Municipal E O Monitoramento das Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. *Revista Do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional*, 10(1), e03934. <https://doi.org/10.37497/revistacejur.v10i1.393>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). *Informações dos municípios no Cidades@*. <http://www.ibge.gov.br/home/>
- Institute of Internal Auditors [IIA]. (2013). *The Three Lines of Defense in Effective Risk Management and Control*. Altamonte Springs.
- Instituto Rui Barbosa [IRB]. (2016). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2016*. <https://irbcontas.org.br/politicas-publicas-pp/avaliacao-de-pp/iegm/>

- Instituto Rui Barbosa [IRB]. (2017). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2017*. <https://irbcontas.org.br/politicas-publicas-pp/avaliacao-de-pp/iegm/>
- Instituto Rui Barbosa [IRB]. (2018). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2018*. <https://irbcontas.org.br/politicas-publicas-pp/avaliacao-de-pp/iegm/>
- Instituto Rui Barbosa [IRB]. (2018). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2019*. <https://irbcontas.org.br/politicas-publicas-pp/avaliacao-de-pp/iegm/>
- Instituto Rui Barbosa [IRB]. (2024). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2016*. <https://irbcontas.org.br/politicas-publicas-pp/avaliacao-de-pp/iegm/>
- Instituto Rui Barbosa [IRB]. (2025). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2016*. <https://irbcontas.org.br/politicas-publicas-pp/avaliacao-de-pp/iegm/>
- Ingraham, P. W., Joyce, P. G., & Donahue, A. K. (2003). *Government Performance: Why Management Matters*. Johns Hopkins University Press.
- Januzzi, P. de M. (2017). *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. (6. ed.) Alínea.
- Janssen, M., Charalabidis, Y., & Zuiderwijk, A. (2012). Benefits, Adoption Barriers and Myths of Open Data and Open Government. *Information Systems Management*, 29(4), 258–268. <https://doi.org/10.1080/10580530.2012.716740>.
- Jokipii, A. (2010). Determinants and consequences of internal control in firms: a contingency theory-based analysis. *Journal of Management & Governance*, 14, 115-144. <https://doi.org/10.1007/s10997-009-9085-x>
- Johnson, R. A., & Wichern, D. W. (2018). *Applied Multivariate Statistical Analysis*. Pearson.
- Kalaoum, F., & Trigo, L. G. G. (2021). Reflexões Teóricas sobre Governança Pública e Governança Turística/Theoretical Reflections on Public Governance and Tourist Governance. *Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, 13(1). Doi: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i1p71>
- Ke, Y., Phillips, P. C. B., & Su, L. (2024). Inference on interactive fixed effects panel data models with long memory. *Journal of Econometrics*, 241(2). <https://ideas.repec.org/a/eee/econom/v241y2024i2s0304407624001076.html>.
- Kim, J. O., & Mueller, C. W. (1978). *Factor Analysis: Statistical Methods and Practical Issues*. Sage Publications
- Kronbauer, C. A., Krüger, G. P., Ott, E., & Nascimento, C. J. (2011). Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. *Revista de contabilidade e organizações*, 5(12), 48-71. <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34794>.
- Kinzler, É. C. de S., & Mello, G. R. de. (2023). Influência do controle interno na efetividade da Governança Pública nos municípios paranaenses. *Revista*

*Catarinense Da Ciência Contábil*, 22, e3389. <https://doi.org/10.16930/2237-766220233389>

- Lopes, J. E.G., Ribeiro Filho, J. F., Pederneiras, M. M. M., & Silva, F. D. C. (2008). *Requisitos para aprovação de prestações de contas de municípios: aplicação de Análise Discriminante (AD) a partir de julgamentos do controle externo. Contabilidade Vista & Revista*, 19(4), 59-83. <https://www.redalyc.org/pdf/1970/197014583004.pdf>
- Lopes, I. D. O., Marques, V. A., & Louzada, L. C. (2017, julho 26-28). *Eficiências dos controles internos das empresas listadas na BM&FBOVESPA*. In XVII USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UsplInternational/congressao-consultar-trabalho-por-titulo.html>
- Loureiro, R. M., Teixeira, M. A. C., & Moraes, T. C. (2009). *Democratização e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro*, 43 (4), 739-772. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000400002>
- Leite Filho, G. A., & Fialho, T. M. M. (2015). Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, 20(67). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v20n67.52080>
- Lei nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996. (1996). *Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e dá outras providências. Amazonas, AM: Diário Oficial do Estado do Amazonas*. [https://www2.tce.am.gov.br/portal/wp-content/uploads/lei\\_organica/lei\\_estadual\\_2423-1996\\_atualizada\\_\(13-06-2013\).pdf](https://www2.tce.am.gov.br/portal/wp-content/uploads/lei_organica/lei_estadual_2423-1996_atualizada_(13-06-2013).pdf)
- Levin, J., & Fox, J. A. (2014). *Statistics for Management and Economics*. Pearson.
- Lynn Jr, L. E., Heinrich, C. J., & Hill, C. J. (2001). *Improving Governance: A New Logic for Empirical Research*. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- Maeda, L. J., & Varela, P. S. (2017). *Auditoria Operacional e de Gestão: Associação entre o IEGM/TCESP e os Pareceres de Prestação de Contas de Municípios Paulistas*. In Pesquisa apresentada no XIV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UsplInternational/ArtigosDownload/296.pdf>
- Malheiro, B. F. (2018). *Fatores explicativos da efetividade da gestão municipal: uma análise empírica do contexto brasileiro*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26742>.
- Macêdo, F. F. R. R., Reis, M. R. G. dos., Silveira, M. A., & Salla, N. M. G. (2029). *Transparência fiscal e eficiência dos gastos públicos em educação e saúde: Estudo nos municípios cearenses*. XXVI Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC. <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/4648>

- Machado, A. J. P. (2017). *Tribunais de Contas Estaduais: indicações, perfil dos conselheiros e autonomia das instituições* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24059>
- Mello, C. A. B. de. (2009). *Curso de direito administrativo. 26 ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional n. 57 de 18/12/2008*. Malheiros.
- Meirelles, H. L. (2011). *Direito administrativo brasileiro. (38. ed.)*. Malheiros.
- Mergel, I., Edelmann, N., & Haug, N. (2019). Defining Digital Transformation: Results from Expert Interviews. *Government Information Quarterly*, 36(4), 101385. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.06.002>
- Meijer, A., & Bolívar, M. P. R. (2016). Governing the smart city: a review of the literature on smart urban governance. *International Review of Administrative Sciences*, 82(2), 392-408. <https://doi.org/10.1177/0020852314564308>
- Menzel, D.C. (2012). *Ethics Management for Public Administrators: Building Organizations of Integrity* (2nd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315704500>
- Mensaklo, E., Chaiboonsri, C., Chokethaworn, K., & Sriboonchitta, S. (2023). Comparing classical and Bayesian panel kink regression frameworks in estimating the impact of economic freedom on economic growth. *Economies*, 11(10), 253. <https://doi.org/10.3390/economies11100253>
- Miranda, M. dos. S., & Miranda, P. G. V. A. (2024). O Efeito da aplicação de recursos em saúde no IEGM: Um estudo dos Municípios do Estado de Minas Gerais. *Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 12(2), 108-121. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/3279>
- Moro, J. R. D. O., & Ennes, I. T. (2023). *A avaliação do índice de efetividade de gestão municipal no estado de São Paulo: uma análise da avaliação do município de Porto Ferreira/SP*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. Biblioteca Digital FVG. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/33637>
- Mulgan, G., & Albury, D. (2003). *Innovation in the public sector. Strategy Unit, Cabinet Office*, 1(1), 40.
- Mukokoma, M. M. N., & van Dijk, M. P. (2013). New Public Management Reforms and Efficiency in Urban Water Service Delivery in Developing Countries: Blessing or Fad? *Public Works Management & Policy*, 18(1), 23-40. <https://doi.org/10.1177/1087724X12459043>
- Montgomery, D. C. (2019). *Design and Analysis of Experiments*. Wiley.
- Nassif, S. M. D. S., & Oliveira, J. R. S. (2020, julho 29-30). *Qualidade do Controle Interno das Prefeituras dos Maiores Municípios Baianos*. XX USP Internacional Conference in Accounting, São Paulo, Brasil.

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2705.pdf>

- Nóbrega, M. B., & Araújo, R. L. F. de. (2019). Accountability em Pareceres Prévios Do Tribunal de Contas da Paraíba: Um Estudo Empírico com Base nos Municípios de Campina Grande e João Pessoa - PB. *HOLOS*, 5, 1–14. <https://doi.org/10.15628/holos.2019.7240>
- O'Brien, R. M. (2007). A caution regarding rules of thumb for variance inflation factors. *Quality & Quantity*, 41(5), 673-690. doi:10.1007/s11135-006-9018-6.
- Ott, E., Kruger, G. P., & Kronbauer, C. A. (2011, setembro 04-07). *Análise dos fatores explicativos das inconformidades apontadas pelo TCE/RS nas auditorias em executivos municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre*. XXXV Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Oliveira, A. R. V., Mota, S. C., & Vasconcelos, A. C. A. (2020, julho 29-31). *Eficiência da Administração Pública nos Gastos com Saúde nos Municípios Mais Populosos do Ceará, com base na Análise Envoltória de Dados*. [Artigo apresentado]. XX USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/202.pdf>
- Passos, G. O., & Amorim, A. de. C. (2018). A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (legm)/The Construction of the Municipal Management Effectiveness Index (legm). *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, 15(10), 241-259. <https://doi.org/10.12819/2018.15.6.14>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Silabo
- Pereira, J. T. (2019). Rejeição das contas anuais dos prefeitos por parte do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), no período de 2010 a 2013. [Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/40918>
- Petrucci, T. D. R. (2018). *Análise dos indicadores temáticos do TCE-PB para avaliação da eficiência dos Gestores Públicos Municipais no Agreste Paraibano*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba] Brasil. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17215>
- Pereira, F. U., & Werlang, L. B. (2022). Communication And Training as Tools of a Labor Compliance Program. *Journal of Law and Corruption Review*, 4 (jcreview), e068. <https://doi.org/10.37497/CorruptionReview.4.2022.68>
- Provasi, R., & Riva, P. (2015). The Updated COSO Report 2013 *Journal of Modern Accounting and Auditing*. 11(10), 487-498. doi: 10.17265/1548-6583/2015.10.001
- Radin, B. A. (2006). *Challenging the Performance Movement: Accountability, Complexity, and Democratic Values*. Georgetown University Press.

- Rasch, G., Kubinger, K. D., & Moder, K. (2011). The two-sample t test: pre-testing its assumptions does not pay off. *Statistical Papers*, 52(1), 219-231. <https://link.springer.com/article/10.1007/s00362-009-0224-x>
- Rolim, D. C. (2024). PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DIANTE DAS PARTICULARIDADES REGIONAIS DO ESTADO DO AMAZONAS. *REVISTA FOCO*, 17(3), e4554. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n3-017>
- Rocha, A. C. (2011). *Realização do potencial de accountability dos pareceres prévios do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina*. [Tese Doutorado, Universidade Federal da Bahia], [http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/Arlindo\\_Rocha\\_-\\_Tese\\_completa\\_-\\_Versão\\_final\\_em\\_PDF.pdf](http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/Arlindo_Rocha_-_Tese_completa_-_Versão_final_em_PDF.pdf)
- Rodrigues, M. A. V. (2017). Democracia vs. eficiência: como alcançar equilíbrio em tempo de crise financeira. *Revista de Administração Pública*, 51(1), 88-104. <https://doi.org/10.1590/0034-7612165400>
- Rodrigues, E. D. S., & Pereira, S. C. (2021). Compliance na administração pública: boas práticas de governança e políticas de integridade na gestão pública. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 6(5), 26-42. doi:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/boas-praticas
- Rodrigues, L. D. S., Espanhol, J. A. & Guzzo, M. S. P. (2021). Índice CFA de governança municipal (IGM-CFA): um estudo sobre município de Colatina/ES. *Revista Ifes Ciência*, 6 (1). [https://200.137.71.11/bitstream/handle/123456789/851/TCC\\_%c3%8dNDICE\\_%20CFA\\_%20DE\\_%20GOVERNAN%c3%87A\\_%20MUNICIPAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://200.137.71.11/bitstream/handle/123456789/851/TCC_%c3%8dNDICE_%20CFA_%20DE_%20GOVERNAN%c3%87A_%20MUNICIPAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Sano, H., & Montenegro Filho, M. J. F. (2013). As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 11(22),35-61. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.22.35-61>
- Sanches, T. L. B., Yamaji, D. M., Vieira, S. F. A., & Suguihiro, V. L. T. (2023). Gestão de projetos na administração pública: uma experiência em um município de médio porte do Paraná. *Revista De Gestão E Secretariado*, 14(4), 6132–6148. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.2038>
- Santos, F. F. S., Aquino, C. V. M. G., & Silva, C. R. M. da. (2022). Relação entre efetividade da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico municipal. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 20(2), 325–354. <https://doi.org/10.32586/rcda.v20i2.786>
- Santos, L. M. S., Cruz, C. A. B. da., Silva, J. B. da., & Araújo, R. N. (2022). Internal Control in Public Administration: a case study in a Medium-Sized Company. *Research, Society and Development*, 11(3), e18311326526. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26526>

- Santos, A. C. da S., Lima, G. B. A., & Lima, C. B. de. C. (2024). EFICIÊNCIA NA GESTÃO GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Revista Contemporânea*, 4(1), 2792–2814. <https://doi.org/10.56083/rcv4n1-156>
- Silva, F. P. C., & Ribeiro Filho, J. F. (2009). Uma análise das ressalvas do TCE-PE nas prestações de contas em prefeituras municipais no Estado de Pernambuco. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 2(2), 38–53. <https://doi.org/10.17524/repec.v2i2.26>
- Silva, C. R. M. D., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de Administração Pública*, 53, 791-801. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>
- Silva, R.M. Da. (2024). A Amazônia No Contexto Da Geografia Escolar, Uma Discussão Necessária A Partir Da Percepção Discente. *Revista Geonorte*, 15(47), 177–194. <https://doi.org/10.21170/geonorte>
- Silva, C. R. D., Souza, T. C. D., Lima, C. M. B. L., & Silva Filho, L. B. (2018). Fatores associados à eficiência na Atenção Básica em saúde, nos municípios brasileiros. *Saúde em Debate*, 42, 382-391. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811703>
- Silva Neto, R. R., Reis, T. R., & Ribeiro, A. L. (2020). Perfil da Gestão Municipal no Estado do Pará: Um Olhar a Partir do Índice de Efetividade. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 23(1), 93–106. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/57897/perfil-da-gestao-municipal-no-estado-do-para-um-olhar-a-partir-do-indice-de-efetividade-22-GP>
- Silva, F. A., & Mário, P. C. (2018). Análise do Programa de Modernização do Controle Externo Brasileiro—o Promoex nos Tribunais de Contas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 13(2), 79-96. <http://hdl.handle.net/1843/63791>
- Silva, M. C. da., Souza, F. J. V. de, Martins, J. D. M., & Câmara, R. P. de B. (2020). Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, 17(42), 26–37. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p26>
- Silva, G. (2020). O Índice de Efetividade da Gestão Municipal com indutor do aperfeiçoamento da gestão pública nos municípios paulistas. *Cadernos*, 1(5), 65-81. <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/102>
- Santos, L. J. S. dos., Libonati, J. J., Alves dos Santos, J. M. A. dos., Vieira, A. A., & Bezerra Filho, J. E. (2023). Fatores que Influenciam a Probabilidade de Rejeição das Contas de Governo dos Municípios Pernambucanos. *Contabilidade Gestão E Governança*, 26(1), 121–152. <https://doi.org/10.51341/cgg.v26i1.3036>
- Shu, W., Chen, Y., & Lin, B. (2018). Does corporate integrity improve the quality of internal control? *China Journal of Accounting Research*, 11(4), 407-427. <https://doi.org/10.1016/j.cjar.2018.09.002>

- Speeden, E. A., & Perez, O. C. (2019). Fatores que impactam na qualidade do planejamento orçamentário dos municípios do estado de São Paul. *Administração Pública e Gestão Social*. <https://doi.org/10.21118/apgs.v12i1.5517>
- Sobreira Filho, E. F., Leite, F. P. A., & Martins, J. A. M. (2022). Corporate Ethics as a Pillar for Strengthening Compliance Programs: A Brief Analysis of the Interplay between Ethics, Integrity, and Compliance. *ESG Studies Review*, 5(ssue), e01592. <https://doi.org/10.37497/esg.v5issue.1593>
- Souza Netto, J. L. D., Piaskoski, A. C., & Garcel, A. (2022). Compliance in The Judiciary: Practical Considerations on Compliance Programs Applied to Courts of Justice. *ESG Studies Review*, 5(ssue), e01607. <https://esglawreview.org/convergencias/article/view/1607>.
- Sousa, G. de M. (2024). Eficiência e Transparência na Administração Pública: Desafios e Perspectivas para uma Gestão Responsável e Inovadora. *Revista Foco*, 17(11), e7044. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n11-252>
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2024) Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). STN. [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf)
- Teixeira, R. R., Wakim, V. R., Barros, G. F., Higuch, A. K., Mota, R. C. L., & Esteves, H. R. C. (2021). Budgetary inaccuracy of public revenues and expenses of the municipalities of the Immediate Regions of Teófilo Otoni and Águas Formosas - MG between the financial years 2013-2018. *Research, Society and Development*, 10(12), e581101220289. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20289>
- Thomé, V. A., & Tinoco, J. E. P. (2005, outubro 10-11). *A existência do Controle Interno como auxílio à governança para gerar informações aos stakeholders das entidades públicas: a realidade em 20 prefeituras do estado do Paraná – Brasil*. [Artigo apresentado]. 5º Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos52005/253.pdf>
- Tribunal de Contas do Estado do Amazonas [TCE/AM]. (2016). IEGM Amazonas: índice de efetividade da gestão municipal. [https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page\\_id=11114>](https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page_id=11114>).
- Tribunal de Contas do Estado do Amazonas [TCE/AM]. (2018). IEGM Amazonas: índice de efetividade da gestão municipal. [https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page\\_id=11114>](https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page_id=11114>).
- Tribunal de Contas do Estado do Amazonas [TCE/AM]. (2019). IEGM Amazonas: índice de efetividade da gestão municipal. [https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page\\_id=11114>](https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page_id=11114>).
- Tribunal de Contas do Estado do Amazonas [TCE/AM]. (2024). IEGM Amazonas: índice de efetividade da gestão municipal. [https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page\\_id=11114>](https://transparencia.tce.am.gov.br/transparencia/?page_id=11114>).

- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (2022). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Manual 2022; dados do exercício de 2021*. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual-IEGM%202022%20-%20Ano%20Base%202021.pdf>.
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (2016). *Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) – Exercício 2016 / Apuração 2017*. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/indice-efetividade-gestao-municipal-iegm-exercicio-2016-apuracao-2017>.
- Triola, M. F. (2021). *Introdução à Estatística*. Pearson.
- Velten, S. R. (2015). *Determinantes da rejeição das prestações de contas anuais dos municípios capixabas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo*. [Dissertação de mestrado, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças]. Repositório Institucional da FUCAPE, Vitória - ES. [https://fucape.br/?jet\\_download=27383](https://fucape.br/?jet_download=27383)
- Weiss, N. A. (2010). *Introductory Statistics. United State of American*. Pearson.
- Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. MIT Press.
- Wooldridge, J. M. (2013). *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. Cengage Learning.
- Zucatto, L. C., Sartor, U. M., Beber, S., & Weber, R. (2009). Proposição de Indicadores de Desempenho na Gestão Pública. *ConTexto - Contabilidade Em Texto*, 9(16). <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11701>

## APÊNDICE A – ITENS DA RESOLUÇÃO N.º 27, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013

**TABELA DOS ITENS UTILIZADOS NA VARIÁVEL AVALIACI**

1	II – ofício de encaminhamento da prestação de contas à Câmara Municipal, assinado pelo Prefeito, com o comprovante de recebimento pela Câmara, contendo: nome; endereço residencial e funcional atualizados; RG; CPF; período de gestão; termo de posse; e-mail institucional e pessoal.
2	III – relatório circunstanciado das atividades econômicas e financeiras do exercício a que se referirem.
3	IV – demonstração da receita e da despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64).
4	V – discriminação da receita geral e da despesa de cada órgão do Governo ou unidade administrativa (Anexos 2, 3 e 4 da Lei nº 4.320/64).
5	VI – programa de trabalho (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64).
6	VII – demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64).
7	VIII – demonstrativo das despesas por funções, programas e subprogramas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64).
8	IX – demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64).
9	X – comparativo da receita orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320/64).
10	XI – comparativo da despesa autorizada com a realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320/64).
11	XII – balanço orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64).
12	XIII – balanço financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64).
13	XIV – balanço patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64).
14	XV – demonstração das variações patrimoniais (Anexo 15 da Lei nº 4.320/64).
15	XVI – demonstração da dívida fundada interna (Anexo 16 da Lei nº 4.320/64).
16	XVII – demonstração da dívida flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320/64).
17	XVIII – demonstração dos fluxos de caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320/64, criado pela Portaria STN nº 749/09).
18	XIX – cópia do balanço patrimonial do exercício anterior.
19	XX – cópia do balanço financeiro do exercício anterior.

20	XXI – termo de conferência de caixa no último dia útil do mês de dezembro, assinado pelo Tesoureiro, Secretário de Finanças e pelo Prefeito.
21	XXII – relação analítica dos empenhos inscritos em Restos a Pagar, por exercício e por credor, identificando os valores processados e os não processados, devendo ser discriminados por natureza de despesas e fonte de recursos, separando, quando do último ano de mandato, os contraídos no primeiro quadrimestre e nos dois últimos quadrimestres e os referentes à saúde.
22	XXIII – relação analítica dos empenhos inscritos em Restos a Pagar em anos anteriores, processados e não processados, cancelados no exercício.
23	XXIV – demonstrativo dos Créditos Adicionais Suplementares, Especiais e Extraordinários, abertos no exercício.
24	XXV – relação de bens móveis, imóveis, de natureza industrial e ações, adquiridos até o exercício anterior.
25	XXVI – relação de bens móveis, imóveis, de natureza industrial e ações, adquiridos no exercício.
26	XXVII – inventário do estoque de materiais existentes, no final do exercício.
27	XXVIII – comprovação de que as Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo ficaram à disposição de qualquer contribuinte durante sessenta dias.
28	XXIX – comprovação de que as Contas Anuais foram apresentadas aos Poderes Executivos da União e do Estado.
29	XXX – atas de Audiências Públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro.
30	XXXI – demonstrativo mensal do quantitativo de servidores admitidos no exercício.
31	XXXII – lei de fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.
32	XXXIII – relação dos precatórios pendentes de pagamento e os que foram pagos no exercício.
33	XXXIV – demonstrativo de transferências voluntárias firmadas e/ou vigentes no exercício.
34	XXXV – demonstrativo das licitações realizadas pelas Unidades Orçamentárias no período.
35	XXXVI – demonstrativo dos contratos e aditivos firmados pelas Unidades Orçamentárias.
36	XXXVII – relação dos adiantamentos concedidos no exercício e respectiva situação da prestação de contas.
37	XXXVIII – relação das obras concluídas, paralisadas e em andamento.
38	XXXIX – relação dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.
39	XL – decretos de contingenciamento (limitação de empenho).
40	XLI – cópia legível de extratos dos saldos bancários do último dia útil de dezembro, com conciliações.
41	XLII – demonstrativo que evidencie os repasses e duodécimos feitos à Câmara Municipal.
42	XLIII – cópias dos recibos de depósitos bancários referentes aos repasses de duodécimos.

43	XLIV – rol dos responsáveis ou ordenadores de despesas e substitutos, com os respectivos períodos de gestão.
44	XLV – identificação do contador responsável, constando nome, RG, CPF, endereço, e-mail, CRC e DHP.
45	XLVI – demonstrativo das receitas e despesas com serviços públicos de saúde.
46	XLVII – demonstrativos relacionados à Educação conforme a Resolução TCE nº 11/2012.
47	XLVIII – relatório e certificado de auditoria, com parecer de dirigentes do órgão de controle interno.

Fonte: Elaboração Própria.

## APÊNDICE B – DELIBERAÇÕES SOBRE AS CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS

TABELA COM AS INFORMAÇÃO DA *DUMMY APTCE* 2017: 1 PARA APROVADAS E 0 NÃO APROVADAS

INDIVÍDUO (MUNICÍPIO)	ANO	<i>DUMMY APTCE</i>
AMATURÁ	2017	0
ANAMÃ	2017	0
ANORI	2017	0
APUÍ	2017	0
ATALAIA DO NORTE	2017	0
AUTAZES	2017	0
BARCELOS	2017	1
BARREIRINHA	2017	0
BENJAMIN CONSTANT	2017	0
BOA VISTA DOS RAMOS	2017	0
CANUTAMA	2017	0
CARAUARI	2017	1
CAREIRO DA VARZEA	2017	1
COARI	2017	1
EIRUNEPÉ	2017	0
ENVIRA	2017	0
FONTE BOA	2017	0
GUAJARÁ	2017	0
IPIXUNA	2017	1
IRANDUBA	2017	1
ITACOATIARA	2017	1
ITAMARATI	2017	1
ITAPIRANGA	2017	1
JAPURÁ	2017	1
JURUÁ	2017	1
JUTAÍ	2017	0
LÁ• BREA	2017	0
MANAQUIRI	2017	0
MANAUS	2017	1
MANICORÉ	2017	0
NOVA OLINDA DO NORTE	2017	0
NOVO AIRÃO	2017	1
PARINTINS	2017	1

RIO PRETO DA EVA	2017	1
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	2017	1
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	2017	0
SILVES	2017	1
TABATINGA	2017	1
TEFÉ	2017	0
UARINI	2017	1
URUCURITUBA	2017	0

Fonte: Elaboração Própria.

**TABELA COM AS INFORMAÇÃO DA *DUMMY APTCE* 2018: 1 PARA APROVADAS E 0 NÃO APROVADAS**

<b>INDIVÍDUO (MUNICÍPIO)</b>	<b>ANO</b>	<b><i>DUMMY APTCE</i></b>
AMATURÁ	2018	0
ANAMÃ	2018	0
ANORI	2018	1
APUÍ	2018	1
AUTAZES	2018	1
BENJAMIN CONSTANT	2018	1
BERURI	2018	0
BORBA	2018	1
CAREIRO DA VARZEA	2018	1
COARI	2018	0
ENVIRA	2018	1
IRANDUBA	2018	1
ITAMARATI	2018	0
MANAQUIRI	2018	1
MANAUS	2018	0
MAUÉS	2018	0
NOVA OLINDA DO NORTE	2018	1
NOVO AIRÃO	2018	1
NOVO ARIPUANÃ	2018	1
PARINTINS	2018	0
PRESIDENTE FIGUEIREDO	2018	1
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	2018	0
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	2018	0
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	2018	1
TABATINGA	2018	1
TAPAUÁ	2018	1
TONANTINS	2018	0
UARINI	2018	0

Fonte: Elaboração Própria.

**TABELA COM AS INFORMAÇÕES DA DUMMY APTCE 2023: 1 PARA APROVADAS E 0 NÃO APROVADAS**

<b>INDIVÍDUO (MUNICÍPIO)</b>	<b>ANO</b>	<b>DUMMYAPCTE</b>
ALVARÃES	2023	<b>As Contas do ano de 2023 dos municípios amazonenses ainda não haviam sido julgadas até o término da pesquisa.</b>
AMATURÁ	2023	
ANAMÃ	2023	
ATALAIA DO NORTE	2023	
AUTAZES	2023	
BENJAMIN CONSTANT	2023	
BERURI	2023	
BOA VISTA DO RAMOS	2023	
BOCA DO ACRE	2023	
BORBA	2023	
CANUTAMA	2023	
CAREIRO	2023	
COARI	2023	
EIRUNEPÉ	2023	
ENVIRA	2023	
IPIXUNA	2023	
IRANDUBA	2023	
ITACOATIARA	2023	
ITAMARATI	2023	
MANACAPURU	2023	
MANAQUIRI	2023	
MANAUS	2023	
MARAÃ	2023	
NHAMUNDÁ	2023	
NOVA OLINDA DO NORTE	2023	
NOVO AIRÃO	2023	
NOVO ARIPUANÃ	2023	
RIO PRETO DA EVA	2023	
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	2023	
SILVES	2023	
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	2023	
TABATINGA	2023	
TONANTINS	2023	
UARINI	2023	

Fonte: Elaboração Própria.